

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 011/2021

Exclusivo para Microempresas-ME, Empresas de Pequeno Porte-EPP e Microempreendedores Individuais-MEI

A **FUNDAÇÃO UNIRG**, torna público que se encontra aberto nesta instituição licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO por ITEM, com Itens Exclusivos à Participação de Microempresas-ME, Empresas de Pequeno Porte-EPP e Microempreendedores Individuais-ME, Processo Administrativo nº. 2020.02.075808**, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Federal nº 7.892/2013, no Decreto Municipal nº 738/2017, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Horário e Local para abertura da Licitação

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021
PROCESSO Nº 2020.02.075808
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
SISTEMA: ABERTO/FECHADO
ORÇAMENTO SIGILOSO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 22/09/2021 às 08:50H (Horário de Brasília)
ABERTURA DA SESSÃO: 22/09/2021 às 9:00 H (Horário de Brasília)
LOCAL: Aplicativo no web-site: www.portaldecompraspublicas.com.br

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Observação: Não havendo expediente na Fundação UNIRG ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data definida, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto **registro de preços para futura, eventual e parcelada AQUISIÇÃO DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR para uso nas aulas práticas de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Odontologia, Fisioterapia, nos Laboratórios de saúde, Ambulatório e nas Clínicas Escolas da Universidade UnirG**, conforme quantitativo estimado e descrição constantes no Termo de Referência-Anexo I deste Edital.

1.2. A descrição detalhada do(s) item (ns) consta(m) no Termo de Referência-Anexo I deste Edital, tendo as Licitantes interessadas em participar desta Licitação, que analisá-los cuidadosamente, pois que, em caso de divergência entre o mesmo e a especificação divulgada pelo site: **www.portaldecompraspublicas.com.br**, prevalecerá à descrição do Termo de Referência para efetivação da contratação.

1.3. O uso do Sistema de Registro de Preços para essa aquisição está fundamentado no Decreto nº 7.892/2013, haja vista a impossibilidade de definir previamente a quantidade exata do objeto a ser adquirido pela Administração.

1.4. O objeto deverá atender, no que couber, às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade ambiental, industrial, ABNT, INMETRO, ANVISA, legislações específicas, etc, atentando-se a Proponente, principalmente para as prescrições do artigo 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.5. É vedada à subcontratação do objeto deste Edital, sob pena de anulação da contratação, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente poderão participar deste Pregão as **Microempresas-ME, Empresas de Pequeno Porte-EPP e Microempreendedores Individuais-MEI**, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, desde que atenda às exigências deste edital e esteja devidamente cadastrada no portal da Confederação Nacional dos Municípios (**www.portaldecompraspublicas.com.br**).

2.2. É vedado participar da presente licitação as empresas:

- a) Em processo de falência, de fusão, de cisão, de incorporação, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, nos moldes do art. 87, IV, da Lei 8.666/93, bem como aquelas relacionadas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
- c) Reunidas em consórcio e seja controladora, coligada ou subsidiária entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Que pertençam a servidor ou dirigente de órgão ou entidade Contratante ou responsável pela licitação;
- e) Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto compatível deste certame;
- f) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- g) Estrangeiras que não funcionem no País.

2.2.1. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente. A não observância das vedações contidas neste item é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita à pena de responsabilidades administrativa, civis e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

2.2.2. A participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial, somente será permitida se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

2.3. Das Declarações da Plataforma Eletrônica

2.3.1. A licitante deverá assinalar/declarar em campo próprio do sistema as seguintes declarações:

- a) **Declaração de ME/EPP/Demais Beneficiados:** “Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42º ao 49º da referida Lei Complementar”.
- b) **Declaração de conhecimento do Edital:** “Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório”.
- c) **Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos:** “Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores”.
- d) **Declaração de Não Emprego de Menor:** “Declaro para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal”.
- e) **Declaração de Elaboração Independente de Proposta:** “Declaro que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP”.
- f) **Declaração de Veracidade:** “Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verdadeiras, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019.”

2.3.2. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativa, civis e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

2.3.3. A falsidade das declarações de que trata o item anterior sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, em conformidade com § 5º do art.26 e aplicações acima do art.49 inc.3º do Decreto nº 10.024/2019, de 20/09/2019 e demais legislações pertinentes.

2.4. A simples participação das licitantes neste certame implica em declaração, por parte da licitante, de pleno conhecimento dos elementos e aceitação de todas as condições constantes deste Edital e Anexos, bem como de todas as condições gerais e peculiaridades da execução do objeto, sendo vedado invocar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto aos mesmos.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a Confederação Nacional dos Municípios pelo web-site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2. As licitantes deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema de Licitações de Pregão Eletrônico. Sendo sócio-proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidora.

3.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Fundação UNIRG e ao Portal da CNM - Confederação Nacional dos Municípios a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. O credenciamento junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal da licitante e de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.4. O *login* e a senha poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, por iniciativa desta Fundação e do sítio **www.portaldecompraspublicas.com.br**, devidamente justificada, ou em virtude de sua inabilitação.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

4.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão, qualquer pessoa poderá impugnar o Ato Convocatório.

4.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à pregoeira em igual forma e prazo descrito no item anterior.

4.3. Os pedidos de impugnação e de esclarecimentos deverão ser realizados exclusivamente na forma eletrônica, conforme determina a Lei, através do site provedor do sistema.

4.4. A impugnação não possui efeito suspensivo. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

4.5. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4.6. Caberá à pregoeira receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais e auxílio dos responsáveis pela elaboração desses documentos.

4.7. O prazo para decisão de que trata o item anterior é de dois dias úteis, contados da data de recebimento.

4.8. As respostas aos pedidos de impugnação e de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

5. DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

5.1. Do registro das propostas de preços e dos documentos de habilitação

5.1.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, as licitantes interessadas a participar do certame, deverão estar devidamente credenciadas no portal de compras públicas, e deverão encaminhar, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, observando o disposto neste Edital.

5.1.2. A licitante poderá rever as condições de sua proposta e documentos de habilitação, retirar ou substituir os anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.2.1. Encerrado o tempo previsto, o sistema não permitirá a alteração ou encaminhamento de nova proposta. Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.

5.1.3. Serão consideradas inválidas propostas e/ou documentos de habilitação apresentados por quaisquer outros meios.

5.1.4. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, observado o disposto no item 5.1.1 não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos acerca da negociação e julgamento de proposta.

5.1.5. A proposta, os documentos de habilitação da licitante melhor classificada e eventuais documentos extras solicitados, somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.1.5.1. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pela licitante melhor classificada após o encerramento do envio de lances, **observado o prazo de três horas contadas da solicitação da pregoeira via sistema**, servindo a mesma regra para envio da proposta atualizada/adequada ao último lance ofertado após a negociação, se necessário. Podendo tal prazo ser prorrogado a critério da Pregoeira conforme o caso.

5.1.6. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, documentos e lances.

5.1.6.1. Caberá à licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.1.7. Nos preços ofertados mediante o cadastro da proposta serão considerados obrigatoriamente:

- a) Preço unitário e total em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) Marca, modelo, fabricante (no que couber);
- c) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão deste pregão eletrônico.

5.1.7.1. A apresentação da proposta por parte da licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância com o disposto neste edital e seus anexos.

5.1.7.2. Nos preços ofertados pela licitante no cadastro de sua proposta no sistema já deverão estar inclusas todas as despesas que possam influenciar nos custos, tais como: despesas de custo com transporte, seguro, frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza, bem como todos os ônus diretos.

5.1.7.3. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

5.2. Da abertura e do julgamento das propostas de preços

5.2.1. Na data e horários previstos no preâmbulo deste edital serão abertas as propostas de preços, passando a pregoeira a avaliar a aceitabilidade das mesmas, verificando a sua conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e neste instrumento convocatório.

5.2.2. A pregoeira efetuará o julgamento das propostas pelo critério tipo **MENOR PREÇO por ITEM**.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo conforme definido no neste Edital.

5.3. Da sessão de disputa

5.3.1. A partir do horário previsto neste edital, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preço recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo edital.

5.3.2. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.3.3. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo o intervalo mínimo de diferença de valores livre, o qual incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.3.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro.

5.3.5. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

5.3.6. Para efeito da disputa na Sessão de Lances, os preços deverão ser cotados com o ICMS, taxas, impostos, fretes e outras despesas, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para a Fundação UNIRG/Universidade de Gurupi - UnirG.

5.4. Do modo de disputa e da formulação de lances

5.4.1. O modo de disputa adotado para este certame é o aberto e fechado, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, observando as regras de classificação inicial das propostas e as demais pertinentes constantes neste edital.

5.4.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, **durará quinze minutos, improrrogáveis.**

5.4.3. Encerrado o prazo de 15 minutos previsto no item anterior o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, **transcorrido o período de até dez minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

5.4.4. Encerrada a sessão dos lances, com o decurso do prazo de dez minutos, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento, superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em **até cinco minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.4.5. Não havendo, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

5.4.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.4.4 e 5.4.5, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

5.4.7. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 5.4.4 e 5.4.5, será reiniciada a etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 5.4.6.

5.4.8. Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, a pregoeira poderá, auxiliada pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 5.4.7.

5.4.8.1. Caso não haja lances, a licitante vencedora será aquela que houver ofertado a melhor proposta inicial.

5.4.9. Caso a empresa detentora da melhor proposta venha a ser desclassificada ou inabilitada, a pregoeira examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes na ordem de classificação e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

5.5. Da Desconexão do Sistema na Etapa de Lances

5.5.1. No caso de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, retomando a pregoeira quando possível sua atuação na sessão, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico portaldecompraspublicas.com.br.

5.6. Do Critério de Desempate

5.6.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

5.6.2. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, será utilizado a mesma regra descrita no item anterior.

5.6.3. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

5.6.4. Quando o item estiver desempatado o sistema irá para a fase de aceitação de vencedora.

5.6.5. O Sistema informará no chat, caso tenha empresas beneficiadas pela LC 123/2006 na qualidade de participantes em sua disputa.

5.6.6. Quando finalizado o tempo aleatório, caso a licitante melhor classificada seja uma grande ou média empresa, o sistema automaticamente avaliará se o melhor valor ofertado pelas ME, EPP/MEI participantes até 5% (cinco por cento) maior do que a da melhor empresa previamente classificada.

5.6.7. A ME/EPP/MEI que estiver com o preço imediatamente anterior da primeira empresa previamente classificada, conforme divulgado em chat, terá o direito de ofertar o primeiro lance do desempate.

5.6.8. Obedecendo a ordem sequencial de classificação do sistema, a Licitante ME/EPP/MEI que ofertou o lance no valor no percentual de até 5% (cinco por cento) do melhor valor, **poderá dar um lance de desempate para o item de ampla concorrência no prazo de no máximo 5 (cinco) minutos.**

5.6.9. Decairá do direito de ofertar o lance a ME/EPP/MEI que não realizar este procedimento dentro do prazo estabelecido. Passando o sistema para a próxima ME/EPP/MEI melhor classificada, desde que esta atenda aos critérios da LC 123/2006.

5.6.10. O lance ofertado para o desempate deve ser obrigatoriamente menor do que o lance ofertado pela empresa previamente classificada.

5.6.11. A ME/EPP/MEI que oferecer um lance menor do que a primeira empresa previamente classificada será a nova empresa classificada para a fase de aceitação de vencedores e encerrará a fase do desempate, ainda que existam MEs/EPPs na mesma condição, na ordem sequencial de classificação.

5.6.12. O critério de desempate preferencial somente será utilizado pelo sistema, se a melhor empresa classificada for uma média ou grande empresa. Não o sendo, caso seja a melhor classificada uma ME/EPP/MEI.

5.7. Da Negociação

5.7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

5.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.7.3. O prazo para negociação será definido pela Pregoeira, observado o prazo mínimo de 02(duas) horas contadas da solicitação.

5.7.4. A licitante que não se manifestar no chat quanto a oferta do valor de negociação no prazo estipulado pela Pregoeira, poderá a critério deste ser desclassificado.

5.7.5. Em licitações que não terminem no mesmo dia, é responsabilidade da licitante acompanhar o certame nos demais dias quantos forem necessários, sem necessidade de comunicação por outro meio que não seja o chat.

5.8. Da Apresentação de Ficha Técnica/Folder/Prospecto

5.8.1. As licitantes deverão enviar via sistema, juntamente com a documentação de habilitação a(s) ficha(s) técnica(s)/folder(es)/prospecto(s) **a todos os itens** caso seja cotado na proposta, com fins de identificar as características técnicas do objeto ofertado.

5.8.2. Solicita-se que as fichas técnicas/folders/prospectos sejam, preferencialmente, extraídas e/ou impressas de sites oficiais do fabricante.

5.8.3. As fichas técnicas/folders/prospectos deverão ser enviadas em arquivo único (em pdf ou outra extensão compatível com a plataforma), ainda que sejam várias.

5.8.4. Serão analisadas as fichas técnicas/folders/prospectos apenas da licitante na condição de vencedora provisória.

5.8.5. Caso fichas técnicas/folders/prospectos não seja(m) condizente(s) com a especificação do objeto cotado, a proposta poderá, a critério técnico, ser desclassificada.

5.8.6. A solicitação das fichas técnicas/folders/prospectos se faz necessária para certificar que o item/objeto ofertado atenda às exigências e especificações mínimas do Termo de Referência e garantir que seja segura a contratação do objeto.

5.8.7. Sendo assim tais documentos deverão conter as especificações técnicas que caracterizem o objeto/equipamento para o qual a licitante registrou proposta e encontra-se na competência de vencedora, ainda que provisória.

5.8.8. As fichas técnicas/folders/prospectos enviadas serão analisadas por técnico (s) desta Fundação e a aprovação das mesmas é imprescindível para adjudicação do objeto.

5.9. Do Cadastro de Reserva

5.9.1. Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada para o objeto, caso tenham a intenção de participar do Cadastro de Reserva.

5.9.2. As licitantes que assim quiserem deverão manifestar sua intenção imediatamente, logo após encerrada a etapa competitiva através do chat no sistema.

5.9.3. As licitantes que se manifestarem terão o **prazo de até 03 (três) horas** para envio do Cadastro de Reserva formalizado através do e-mail: cpl@unirg.edu.br.

5.9.4. O cadastro de reserva deverá ser formalizado observando-se o disposto no modelo constante do Anexo V deste Edital, sendo este apensado à ARP ou se fazendo constar na mesma, com as informações das licitantes que farão parte do Cadastro de Reserva, visto aceitarem cotar o(s) item(ns) com preço igual ao da licitante vencedora do certame quanto ao(s) respectivo(s) item(ns).

5.9.5. A existência de cadastro de reserva não prejudica o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada, observando-se o disposto no art. 10 e 11 do Decreto nº 7.892/2013.

5.9.6. O Cadastro de Reserva será utilizado na hipótese do primeiro colocado quando convocado, não assinar a ARP no prazo legal (*Parágrafo Único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013*), bem como no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ARP, e sucessivamente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

5.9.7. A habilitação da(s) fornecedora(s) que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013 e quando houver necessidade de contratação de fornecedora remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do mesmo Decreto.

5.9.7.1. Caso a fornecedora do Cadastro de Reserva já tenha sido habilitada no certame, se convocada para fornecer o objeto em virtude de Cadastro de Reserva, deverá atualizar sua habilitação quanto aos documentos que estiverem com vigência expirada quando convocada.

5.9.8. Todas as condições, prazos, obrigações e penalidades enumeradas neste Edital, bem como nos seus Anexos deverão ser observados pelas fornecedoras registradas no Cadastro Reserva.

5.10. Da Proposta Atualizada

5.10.1. O prazo para envio da proposta atualizada ao último lance ofertado/negociado e, se necessário, de documentos complementares que possam ter sido solicitados, será de **três horas contadas da solicitação da pregoeira no sistema, devendo tal prazo ser considerado em horário de expediente.**

5.10.1.1. A proposta atualizada e os documentos que trata o item anterior deverão ser anexados na plataforma eletrônica, não sendo aceitos mediante outro meio.

5.10.2. A proposta atualizada deverá ser apresentada digitada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, borrões, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (*se Procurador acompanhado da respectiva Procuração e documento de identificação com foto legível*), **podendo ser observado o modelo constante no Anexo IV deste Edital, e conter expressamente:**

- a) Identificação do Pregão Eletrônico e número do Processo Licitatório;
- b) Razão Social da empresa, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);
- c) Objeto geral do Pregão, indicação de ordem sequencial e numérica de cada item, bem como a respectiva quantidade conforme descrito no Termo de Referência-Anexo I deste Edital;
- d) O preço unitário e total para cada item cotado, em algarismos, e valor total da proposta em algarismos e por extenso, ambos em moeda corrente nacional, com até duas casas decimais;
- e) A descrição/especificação completa, detalhada e individualizada dos produtos ofertados de forma a demonstrar que atendem as especificações mínimas constantes no Termo de Referência-Anexo I deste Edital;
- f) Marca/Modelo/Fabricante, **conforme o caso**;
- g) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação na plataforma eletrônica;
- h) Prazo e forma de entrega do objeto, observando-se o disposto no Termo de Referência-Anexo I deste Edital;
- i) Forma de pagamento, observando-se o disposto neste Edital e/ou Anexos;
- j) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento;
- k) Identificação com nome, dados pessoais, telefone para contato do responsável legal da empresa que assinará a Ata de Registro de Preços e/ou o Contrato, desde de este tenha poderes para tal ato em nome da proponente.

5.10.3. Na proposta atualizada não será admitida expressões vagas ou imprecisas, de maneira a não ensejar dúvidas e para demonstrar que o objeto ofertado atende corretamente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência-Anexo I deste Edital.

5.10.4. Os itens constantes nas propostas que eventualmente não contemplem às especificações contidas no Termo de Referência-Anexo I deste Edital serão desconsiderados.

5.10.5. O não envio da proposta atualizada e demais documentos no prazo e forma/requisitos estipulados, ou o descumprimento de eventuais diligências determinadas pela Pregoeira, ou o abandono do certame acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra a Licitante.

5.10.6. Poderão ser admitidos, pela pregoeira, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5.10.6.1. Podendo a pregoeira, no julgamento da habilitação e das propostas, sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada.

6. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

6.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, a pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a **consulta consolidada de pessoa jurídica**, emitida pelo portal do Tribunal de Contas da União no endereço eletrônico (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) em observância aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, com fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016 e a IN032017/TCETO.

6.1.1. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação inabilitando com comunicação via chat, justificativas e através das ferramentas de transparência do APP no portal de Compras Públicas.

6.1.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das licitantes será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o caso.

6.1.3. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações/documentação constantes do Portal de Compras Públicas, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

6.1.4. Havendo superveniência de fatos impeditivos, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

6.1.5. Realizada a verificação acima, a habilitação da(s) Licitante(s) será aferida por intermédio dos documentos comprobatórios de **Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Técnica e as Declarações assinaladas exigidas neste Edital.**

6.2. Dos Documentos a serem enviados com fins de comprovação da habilitação da(s) licitante(s) será aferida por intermédio dos seguintes documentos:

6.2.1. Para Comprovação da Regularidade Jurídica a Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;
- b) Cópia autenticada do Documento de Identidade e do CPF dos sócios ou diretores;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;
- d) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, para licitante Microempreendedor Individual – MEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- e) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, caso a Licitante seja sucursal, filial ou agência;
- f) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede da Licitante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, para o caso de sociedade simples;
- g) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.2.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais ou da consolidação respectiva.

6.3. Para a Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista a Licitante Deverá Apresentar:

- a) **Prova de Regularidade Fiscal Perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de **Certidão Expedida Conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)** e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos

da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- b) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débito Estadual ou Distrital;**
- c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débito Municipal ou Distrital,** do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- d) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço,** devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, **que comprove inexistência de débito perante o FGTS;**
- e) Comprovante de inscrição Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ e/ou Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);**
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT,** emitida através do site www.tst.jus.br/certidão, de acordo com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011, como Prova de Inexistência de Débitos perante a Justiça do Trabalho, ou outra que tenha a mesma comprovação na forma da lei.

6.3.1. Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

6.3.2. Caso a Licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede da mesma, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

6.4. Para Comprovação da Qualificação Econômico-Financeira a licitante deverá apresentar:

- a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e/ou de Recuperação Extrajudicial ou Concordata,** conforme Artigo 31, inciso II, da Lei 8.666/93 e na forma da Lei nº 11.101/05, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à publicação do primeiro aviso desta licitação, exceto se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão.

- a.1)** Estando a empresa em Recuperação Judicial, deverá apresentar a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial (art. 58 da Lei 11.101/2005), sob pena de Inabilitação.

6.5. As licitantes deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira, sob pena de inabilitação. **Ainda que sejam qualificadas como ME, EPP ou MEI e tenha alguma restrição fiscal ou trabalhista.**

6.6. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como ME, EPP ou MEI seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

6.6.1. Caso conste a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado à licitante o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora.

6.6.2. Tal prazo poderá ser prorrogado por igual período, quando requerido pela licitante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, exceto nos casos de urgência na contratação ou de prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados no processo (art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 155/2016 e Lei Complementar nº 155/2016).

6.6.3. A não-regularização fiscal ou trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e neste Edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes para a assinatura da ARP/Contrato, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação (art. 43, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006).

6.6.3.1. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra licitante qualificada como ME/EPP/MEI com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

6.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

6.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferente do constante nos documentos enviados, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.8.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.9. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura dos envelopes, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor ou por outra norma legal.

6.10. A falta de quaisquer dos documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a inabilitação da licitante.

6.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira poderá, a seu critério, suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.12. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

7. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

7.1.1. A manifestação prévia da licitante para posterior interposição do recurso, durante a sessão pública, será realizada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

7.1.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência do direito de recurso, estando a pregoeira autorizada a **adjudicar** o objeto do certame à licitante vencedora e encaminhar o processo à autoridade competente para a **homologação**.

7.1.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de três dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

7.1.4. O encaminhamento das razões do recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente através do sistema eletrônico no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.1.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.1.6. Julgado o recurso, a decisão será publicada no www.portaldecompraspublicas.com.br, ou ainda, a requerimento de cópia da decisão diretamente a pregoeira.

7.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

7.3. Inexistindo manifestação recursal, constatando-se o atendimento pleno às exigências do Edital, será a licitante declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado pela pregoeira o objeto.

7.4. A adjudicação será feita considerando-se o **MENOR PREÇO OFERTADO POR ITEM** na fase de lances ou negociação, conforme o caso, observando-se o disposto neste Edital.

7.5. A aprovação, por parte da análise técnica, das fichas técnicas/folders/prospectos enviadas, referente aos itens para os quais foi declarada a licitante vencedora, é condição de adjudicação do objeto.

8. DA FORMALIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS, DA CONTRATAÇÃO COM A FORNECEDORA,

8.1. Após a homologação do resultado da licitação pela Autoridade Competente a vencedora será convocada por e-mail, ofício ou ato administrativo do Órgão Competente, para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da convocação/comunicação.

- 8.1.1.** Tal prazo poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pelo Órgão Gerenciador.
- 8.1.2.** A recusa injustificada da vencedora do certame em assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 8.1.3.** Após a assinatura da ARP e tendo sido cumprida a publicidade do registro nela contido, considera-se o compromisso firmado e o Registro de Preços formalizado e vigente.
- 8.2.** Tendo sido cumprida a efetiva publicidade da ARP, a formalização da contratação com a Fornecedor/Detentora registrada se dará através de emissão de Nota de Empenho de Despesas, que terá força de Contrato, Autorização de Compra, assinatura de Contrato ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62, c/c com o §4º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.3.** Na hipótese de necessidade de firmar Contrato, a Fornecedor Registrada será convocada para assinar o Contrato nas mesmas condições se prazo descritos nos itens 8.1, 8.1.1 e 8.1.2 deste Edital.
- 8.4.** A ARP/Contrato será assinada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso, de procuração ou contrato social, acompanhados de documento de identidade com foto.
- 8.5.** É facultado à Administração, convocar as licitantes remanescentes, quando a proponente vencedora não atender à convocação para assinatura da ARP/Contrato no prazo e condições estabelecidos, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, devendo ser observado os requisitos habilitatórios, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em edital e demais cominações legais.
- 8.6.** O(s) contrato(s)/Notas de Empenho decorrente(s) da Ata de Registro de Preços deverão ser assinado(s)/emitido(s) no prazo de validade da ARP.
- 8.7.** O(s) contrato(s) a ser firmado(s) em decorrência da ARP poderá(ão) ser rescindido(s) a qualquer tempo independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei 8.666/93.
- 8.8.** O prazo de vigência do Contrato, se firmado, será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme necessidade e/ou Conveniência Administrativa de acordo com as previsões cabíveis contidas na Lei nº 8.666/93.
- 8.9.** Havendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, deverá ser observado, no que couber, o estabelecido nos Art. 58 e 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 8.9.1.** O preço ajustado não sofrerá reajuste, salvo após o decurso do prazo mínimo de 12 (doze) meses da vigência contratual, desde requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pela contrata, em caso de prorrogação contratual, ou ainda em caso de eventuais modificações no atual modelo econômico nacional que venham autorizar formas de correções para manutenção do equilíbrio econômico do contrato. Nos casos de reajuste previstos no edital e em lei, serão aplicados os critérios de reajuste fixados no item subsequente.
- 8.9.2.** O contrato poderá ser reajustado após transcorridos cada 12 (doze) meses, com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo- **IPCA**, considerada como data base à data de apresentação da proposta.
- 8.9.3.** No caso de extinção ou substituição do índice **IPCA**, por superveniência de Medida Governamental ou outra razão, utilizar-se-á imediatamente o índice substituto para efeito de cálculos de reajuste nas cláusulas do presente contrato que utilizam o referido índice.
- 8.10.** Decorridos 60 (sessenta) dias da data da homologação do certame, sem convocação para formalização do registro de preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos (§3º do artigo 64 da Lei nº 8.666/93).

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DA FORMA DE PAGAMENTO DA VALIDADE E DA PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1.** A despesa decorrente da contratação, objeto desta licitação, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Fundação UnirG, com fonte de recurso própria ou de eventuais convênios que se firmarem ao curso do processo, e/ou conforme Cláusula específica contida em Instrumento Contratual.

9.2. O pagamento será efetuado através de rede bancária, após a confirmação da entrega dos materiais no Almoxarifado Central da Fundação UnirG, devidamente acompanhados da Nota Fiscal, depois de verificada a regularidade fiscal da Fornecedor/Detentora da ARP, conforme especificado abaixo:

- a)** Até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) - 30 (trinta) dias;
- b)** Acima de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) - em 03 (três) parcelas de iguais valores, em 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias. **Devendo ser observadas as disposições contidas em Cláusula específica Ata de Registro de Preços - Anexo II e na Minuta do Contrato - Anexo III, ambos deste Edital.**

9.3 Os procedimentos quanto a publicação e validade da Ata de Registro de Preços são elencadas no Termo de Referência - Anexo I, na Cláusula específica Ata de Registro de Preços - Anexo II, ambos deste Edital.

10. DA FORMA DE AQUISIÇÃO, DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO, DO LOCAL DE ENTREGA E DA GARANTIA.

10.1. Os procedimentos quanto à forma de aquisição, prazo, condições de recebimento, local de entrega e garantia do objeto, dentre outras informações, **devendo ser observadas as exigências e condições elencadas no Termo de Referência - Anexo I, na Cláusula específica Ata de Registro de Preços - Anexo II e na Minuta do Contrato - Anexo III, ambos deste Edital.**

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. As obrigações das Partes da ARP, além das constantes na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892/2013, **deverão ser observadas conforme elencadas no Termo de Referência - Anexo I, na Cláusula específica Ata de Registro de Preços - Anexo II, ambos deste Edital.**

12. DAS SANÇÕES E DAS PENALIDADES E PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

12.1. As penalidades e sanções **deverão ser observadas as elencadas no Termo de Referência - Anexo I, e na Cláusula específica Ata de Registro de Preços - Anexo II, ambos deste Edital.**

13. VARIAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Os preços registrados, durante a vigência da ARP, serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

13.2. Cabe ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto às Fornecedoras/Detentoras, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como observadas as disposições contidas nos art. 18 e 19 do Decreto nº 7.892/2013, **devendo ser observado o disposto na Minuta da ARP - Anexo II deste Edital.**

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O registro de preços poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação pela Administração e/ou pela Fornecedor/Detentora nas hipóteses previstas em legislação pertinente, **devendo ser observadas as disposições descritas na Cláusula específica da Minuta da Ata de Registro de Preços-ARP - Anexo II deste Edital.**

15. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame, mediante anuência do Órgão Gerenciador da ARP e aceitação da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 7.892/2013, nas normas municipais pertinentes e demais normas em vigor e respectivas atualizações, **devendo ser observadas as disposições descritas na Cláusula específica da Minuta da Ata de Registro de Preços-ARP - Anexo II deste Edital.**

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Os prazos mencionados neste edital, bem como nas respectivas propostas, somente terão início e término em dia de expediente na Fundação UNIRG, e serão sempre considerados em dias corridos, salvo se outra forma for prevista.

16.2. Para efeito de aplicação do previsto neste subitem, os prazos indicados para quaisquer atos do procedimento licitatório, inclusive o da validade das propostas, serão considerados prorrogados para o primeiro dia útil subsequente, se recaírem em data em que não haja expediente na Fundação UNIRG.

16.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

16.4. Se a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não entregar os produtos adjudicados, a pregoeira examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

16.5. A Administração se reserva o direito de anular ou revogar, a qualquer tempo, a presente licitação, sem que disto decorra qualquer direito às licitantes, observado o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº 8.666/93.

16.5.1. A nulidade do processo licitatório induzirá a dos atos decorrentes.

16.6. É facultado à pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, com vistas ao saneamento documental, promover diligências, e havendo a necessidade de suspender a sessão pública para tal, a mesma somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**.

16.7. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação. A pregoeira reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

16.8. A pregoeira poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

16.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.10. O resultado da licitação será divulgado no endereço eletrônico **www.portaldecompraspublicas.com.br**.

16.11. Respeitados os prazos legais e os direitos das licitantes, a pregoeira, a qualquer tempo, antes da abertura das propostas, poderá, motivadamente, proceder alterações concernentes à licitação ora regulada, por sua iniciativa, disponibilizando no sistema as informações necessárias e determinando, ainda, quando necessário, o adiamento do recebimento e/ou da abertura das propostas.

16.12. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.

16.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **www.portaldecompraspublicas.com.br** e também na página (<https://unitransparencia.unirg.edu.br/editais>).

16.14. O foro da cidade de Gurupi/TO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

16.15. São partes integrantes do presente Edital:

- Anexo I: Termo de Referência;
- Anexo II: Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo III: Minuta do Contrato;
- Anexo IV: Modelo de Proposta de Preço Atualizada;
- Anexo V: Modelo de Cadastro de Reserva.

Gurupi-TO, aos 31 dias do mês de agosto de 2021.

Telma Pereira de S. Milhomem
Pregoeira da Fundação UNIRG

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 011/2021
Exclusivo para Microempresas-ME, Empresas de Pequeno Porte-EPP e
Microempreendedores Individuais-MEI

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEMANDANTE

Fundação UnirG

Unidade: Reitoria

Responsável: Sara Falcão de Sousa

Telefone: (63) 3612-7718

E-mail: planreitoria@unirg.edu.br

2. DO OBJETO

2.1. O presente termo tem por objeto **registro de preços para futura, eventual e parcelada AQUISIÇÃO DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR para uso nas aulas práticas de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Odontologia, Fisioterapia, nos Laboratórios de saúde, Ambulatório e nas Clínicas Escolas da Universidade UnirG, a fim de possibilitar a oferta das aulas práticas desses cursos e reestruturar os laboratórios e clínicas de estágio, garantido melhorias na oferta do ensino**, conforme especificações e seus complementos, constantes neste Termo de Referência.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A aquisição dos itens listados no presente termo de referência tem por finalidade garantir o atendimento das necessidades/demandas dos cursos da área da Saúde da Universidade de Gurupi - UnirG.

4. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO E DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

4.1. A licitação a ser realizada para a aquisição do objeto deste Termo de Referência será processada na modalidade/forma **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de julgamento **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, utilizando o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com fins de otimização do processo de contratação de bens pela Administração.

4.2. O Sistema Registro de Preços utilizado para a presente aquisição está fundamentado no Decreto nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 738/2017 e posteriores alterações e atualizações, considerando a impossibilidade de definir previamente a quantidade exata das aquisições necessárias para utilização mencionada, conforme hipóteses dos incisos I, II, III e IV do Art. 3º do Decreto nº 7.892/2013.

4.3. Os procedimentos, bem como os casos omissos, serão regidos pelas legislações aplicáveis, em especial pela Lei Federal nº 10.520/2002, o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar 155/2014, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Federal nº 9.438, de 30 de agosto de 2018, Resolução TCE/TO nº 181/2015, e, subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, observadas as alterações e atualizações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant.	Un
1	AGITADOR TIPO KLINE - • UTILIZADO PARA TESTES DE AGLUTINAÇÃO EM LÁTEX.; • FREQUÊNCIA DE VELOCIDADE AJUSTÁVEL: 0 – 230 RPM.; • RAO DE AGITAÇÃO ORBITAL: 22 MM.; • DIMENSÕES DA PLATAFORMA: LARGURA: 224 MM. ALTURA: 80 MM. PROFUNDIDADE: 152 MM. • VOLTAGEM: 220 VOLTS.	1	UN

2	<p>APARELHO DE LASER PARA TRATAMENTO DE FERIDAS</p> <p>LASER PULSE</p> <p>EQUIPAMENTO MICROCONTROLADO DE LASER TERAPEUTICO DE BAIXA POTENCIA, PARA SER UTILIZADO NO TRATAMENTO DE FERIDAS OFEREE A POSSIBILIDADE DE OPERAÇÃO COM 3 CANETAS DE LASER, COM COMPRIMENTOS DE 660NM , 830 NM E 904 NM. O MODO DE EMISSÃO DO FEIXE DE LASER AS CANETAS 660NM E 830 NM, PODE SER AJUSTADO PARA OS MODOS CONTÍNUO OU PULSADO, COM POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DE 10 FREQUÊNCIA DE MODULAÇÃO. O LASER DE BAIXA POTÊNCIA TEM EFEITO ANALGÉSICO, CICATRIZANTE E ANTI-INFLAMATÓRIO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS</p> <p>TELA DE DISPLAY EM LCD AZUL;</p> <p>INTENSIDADE: 1A 20J/CM2;</p> <p>FREQUÊNCIA: 2,5 A 20.000HZ(2,5HZ),5HZ,10HZ,20HZ,75HZ,150HZ,300HZ,700HZ,1KH,2KHZ;</p> <p>POSSIBILIDADE DE OPERAÇÃO COM 3 CANETAS LASER: CANETA LASER DE 660NM-A1GALNP-(P-30MW) OU 830NM-GAA1AS-(P-30MW) OU 904NM-GAAS-(P-70WPICO);</p> <p>MODO: CONTINUO E PULSADO:</p> <p>CANETA 660NM E 830 NM: CONTINUO E PULSADO;</p> <p>CANETA 904 NM:PULSADO;</p> <p>TIMER: 01 A 60 MINUTOS;</p> <p>POTÊNCIA DE ENTRADA : 50/60HZ(100-240V)- 50VA,</p> <p>FREQUÊNCIA: DE 2,5 A 20000HZ ;</p> <p>TERAPIA E FOTOTERAPIA</p> <p>DOSE: 1a 20J/CM2; MODELO: L42</p> <p>VOLTAGEM: BIVOLT (AUTOMÁTICO)</p> <p>NCM: 90189099</p> <p>ANVISA: 10360310030</p>	1	UN
3	<p>APARELHO ELETROCARDIOGRAMA 03 CANAIS DE REGISTRO SEQUENCIALMENTE EM 4 GRUPOS, CAPTANDO SIMULTANEAMENTE AS 12 DERIVAÇÕES. VELOCIDADE DE REGISTRO DO TRAÇADO EM 25 OU 50 MM/SEG. IMPRESSORA TÉRMICA DIGITAL DE ALTA RESOLUÇÃO (8 DOTS/MM). INDICAÇÃO IMPRESSA DAS DERIVAÇÕES, DA VELOCIDADE, DO FILTRO E DO GANHO SELECIONADOS, DA FREQUÊNCIA CARDÍACA (BPM), DA DATA E HORA E ESPAÇO PARA INSERÇÃO DE DADOS DO PACIENTE. DISPLAY GRÁFICO LCD PARA MONITORAÇÃO PRÉVIA DO SINAL. MEMÓRIA INTERNA COM A FUNÇÃO DE "CÓPIA" PARA EXAMES. BATERIA INTERNA SELADA RECARREGÁVEL DE CHUMBO-ÁCIDO. ENTRADA OPCIONAL PARA CONEXÃO COM BATERIA EXTERNA. FILTROS SELECIONÁVEIS CONTRA FATORES INTERNOS E EXTERNOS DE ERRO DE RESULTADOS. COMUNICAÇÃO USB E SOFTWARE PARA EXECUÇÃO E ARMAZENAMENTO DE EXAMES NO COMPUTADOR. ITENS INCLUSOS:</p> <p>01 CABO DE ALIMENTAÇÃO.</p> <p>01 CABO PACIENTE DE 10 VIAS. 01 CABO USB. 01 SOFTWARE DE INSTALAÇÃO (PENDRIVE). 02 FUSÍVEIS DE 0,3A COM RETARDO. 02 FUSÍVEIS DE 0,5A COM RETARDO. 01 ROLO DE PAPEL 80MM/30M.</p> <p>06 ELETRODOS PRECORDIAIS DE SUÇÃO. 04 ELETRODO DE MEMBRO TIPO CLIP. 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES. REGISTRO ANVISA.</p>	1	UN
4	<p>APARELHO MICROCONTROLADO DE LASER TERAPEUTICO - EQUIPAMENTO MICRO CONTROLADO DE LASER TERAPÊUTICO DE BAIXA POTÊNCIA - TELA: DISPLAY EM LCD AZUL;</p> <p>INTENSIDADE: LA 20J/CM2;</p> <p>FREQUÊNCIA: 2,5 A 20.000HZ (2,5HZ, 5HZ, 10HZ, 20HZ, 75HZ, 150HZ, 300HZ, 700HZ, 1KHZ E 2KHZ);</p> <p>POSSIBILIDADE DE OPERAÇÃO COM TRÊS CANETAS LASER:</p> <p>CANETA LASER 660NM – A1GAINP - (P- 30MW) OU</p> <p>CANETA LASER 830NM – GAA1AS - (P - 30MW) OU</p> <p>CANETA LASER 904NM - GAAS - (P - 70WPICO);</p> <p>MODO: CONTÍNUO E PULSADO:</p> <p>CANETAS 660NM E 830NM: CONTÍNUO E PULSADO;</p> <p>CANETA 904NM: PULSADO;</p> <p>TIMER: 01 A 60 MINUTOS;</p> <p>POTÊNCIA DE ENTRADA: 50/60 HZ (100-240V) - 50 VA, FREQUÊNCIA: 2,5 A 20.000 HZ</p> <p>TERAPIA FOTOTERAPIA</p> <p>DOSE: 1 A 20 J/CM2</p> <p>VOLTAGEM: BIVOLT (AUTOMÁTICO)</p> <p>NCM: 90189099</p> <p>ANVISA: 10360310030 COM 2 ANOS DE GARANTIA E INCLUSO 2 OCULOS DE PROTEÇÃO PARA</p>	1	UN



	PROFISSIONAIS E UM PARA PACIENTE		
5	AUTOCLAVE HORIZONTAL, CAPACIDADE 54 LITROS, 220V. POTÊNCIA APROXIMADA 3.600W. DESCRIÇÃO: CÂMERA INTERNA EM INOX, DIGITAL COM DISPLAY DE LCD, REALIZAÇÃO DO CICLO DE SECAGEM COM PORTA ABERTA E DESPRESSURIZAÇÃO AUTOMÁTICA.	1	UN
6	BALANÇA ANALÍTICA: 4 CASAS DECIMAIS PRECISÃO DE 0,0001 G (0,1 MG) ESPECIFICAÇÕES IGUAIS OU SUPERIORES. BALANÇA ANALÍTICA ELETRÔNICA, CAPACIDADE MÁXIMA DE 220 G, PRECISÃO DE 0,0001 G (0,1 MG); UNIDADES DE MEDIDA: G, MG, UG; DISPLAY DIGITAL; ALIMENTAÇÃO E FUNCIONAMENTO 220V, COM CAPELA ANALÍTICA CONTENDO PORTAS DE VIDRO DESLISANTES, COM FUNDO EM AÇO INOXIDÁVEL. DEVE ACOMPANHAR 01 FONTE DE ALIMENTAÇÃO, CABO E PLUG PARA LIGAR NA TOMADA, 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES E GARANTIA DE MÍNIMA DE 12 MESES. CONTER CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO RBC.	2	UN
7	BALANÇA ANTROPOMETRICA DIGITAL 200KG - COM PLATAFORMA E COLUNA EM AÇO, POSSUI TAPETE ANTIDERRAPANTE E RÉGUA ANTROPOMÉTRICA, DISPLAY EM LED VERMELHO COM ATÉ 6 DÍGITOS.HOMOLOGADA PELO INMETRO. CARGA MÍNIMA DE 1KG E CAPACIDADE TOTAL DE 200KG.	2	UN
8	BALANÇA CHAO C/ REGUA ANTROPOMETRICA - CAPACIDADE 300 KG; PESO MÍNIMO 2 KG; DIVISÃO 100 GRAMAS; COR PREDOMINANTE BRANCO E PRETO; TIPO DA BALANÇA MECÂNICA ANTROPOMÉTRICA; TAMANHO ADULTO; ESTRUTURA CHAPA DE AÇO CARBONO; RÉGUA AÇO CROMADO; PERFIL DA ESCALA NUMÉRICA ALUMÍNIO, CURSORES AÇO INOXIDÁVEL;ACABAMENTO TINTA POLIÉSTER A PÓ; PÉS REGULÁVEIS ; MATERIAL DOS PÉS BORRACHA SINTÉTICA; ANTROPOMETRO ALUMÍNIO ANODIZADO E LITOGRAFADO ;MEDIDAS ATÉ 2 METROS TAPETE ANTIDERRAPANTE ; MEDIDAS DA BASE 54 X 38 CM (C X L), MARCA WELMY; CONTEÚDO DA EMBALAGEM 1 BALANÇA.	1	UN
9	BALANÇA DIGITAL PORTÁTIL - PLATAFORMA DE PLÁSTICO ABS RESISTENTE E ANTIDERRAPANTE; CAPACIDADE: 200 KG; DISPLAY DIGITAL LED; ACIONAMENTO POR TOQUE; INDICADOR DE SOBREPESO; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; ALIMENTAÇÃO: PILHAS OU BATERIA INCLUSOS; GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES.	2	UN
10	BALANÇA PEDIATRICA 25KG - ESPECIALMENTE DESENVOLVIDA PARA PESAGEM DE BEBÊS, SENDO INDICADA PARA CLÍNICAS PEDIÁTRICAS, HOSPITAIS, CONSULTÓRIOS, AMBULATÓRIOS, ESCOLAS, CRECHES DENTRE OUTROS AMBIENTES QUE EXIJA PESAGEM DE BEBÊS. É ACOMPANHADA DE UMA RÉGUA ANTROPOMÉTRICA, QUE MEDE O TAMANHO DO BEBÊ, PODE SER USADO PARA BEBÊS ATÉ 25KG, COM PÉS EMBORRACHADO E COM A POSSIBILIDADE DE COLOCAR BATERIA UTILIZANDO SEM A ENERGIA ELÉTRICA. CAPACIDADE - 25KG FUNÇÃO TARA ATÉ CAPACIDADE MÁXIMA DA BALANÇA; HOMOLOGADAS PELO INMETRO E AFERIDAS PELO IPEM.	4	UN
11	BALANÇA PRECISAO 0-01G A 2200G - CAPACIDADE: 2200 GRAMAS, RESOLUÇÃO: 0,01 GRAMAS, REPRODUTIBILIDADE: 0.02 G, DISPLAY DE LCD COM RETROILUMINAÇÃO, TENSÃO DE TRABALHO: 100 A 230 V	1	UN
12	BALANÇA SEMI ANALITICA ELETRONICA SENSIB.01MG CAPAC.500G, COM CAPELA PROTECAO - CAPACIDADE: 510 GRAMAS; RESOLUÇÃO: 0,001 GRAMAS COM CAPELA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, DISPLAY DE LCD COM 6 CARACTERES NUMÉRICOS COM MICROPROCESSADOR; PESAGEM SIMPLES; CONTAGEM DE PEÇAS; PORCENTAGEM ABSOLUTA; PORCENTAGEM RELATIVA; CÁLCULO ESTATÍSTICO; BALANÇA AJUSTÁVEL AO AMBIENTE DE TRABALHO COM DOIS NÍVEIS DE VELOCIDADE DE LEITURA TENSÃO DE TRABALHO: 100 A 230 V.	1	UN
13	BANCO GIRATÓRIO MOCHO EM INOX, ALTURA REGULÁVEL ATRAVÉS DE EIXO VERTICAL ROSCADO.	4	UN
14	BANHO MARIA COM 6 BOCAS - BANHO MARIA DIGITAL DE APLICAÇÃO UNIVERSAL, USADO EM ROTINAS DE LABORATÓRIO, TAIS COMO AQUECIMENTO EM FRASCOS, BÉQUERES, TUBOS, ETC. CAPACIDADE: 16 LITROS; QUANTIDADE DE BOCAS: 6 BOCAS; GABINETE EM CHAPA DE AÇO REVESTIDA EM EPOXI ELETROSTÁTICO CONSTRUÍDO EM FIBRA DE VIDRO LAMINADA TANQUE EM AÇO INOX 304 SEM SOLDAS, COM CANTOS ARREDONDADOS; RESISTÊNCIA TUBULAR BLINDADA; TAMPA INOX REMOVÍVEL; FAIXA DE TRABALHO ENTRE 10°C ACIMA DA TEMPERATURA AMBIENTE ATÉ 110°C; CONTROLADOR DE TEMPERATURA MICROCONTROLADO COM DUPLO DISPLAY MULTI CONFIGURÁVEL. ANÉIS DE REDUÇÃO EM AÇO INOX EM 3 TAMANHOS: DIÂMETRO 104 MM, DIÂMETRO 75 MM E DIÂMETRO 45 MM.	1	UN

15	BIOMBO RETO 75X50CM RODÍZIOS - BIOMBO HOSPITALAR TRIPLO; - ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO REDONDO; - CORTINAS EM PLÁSTICO PVC 0,20 BRANCO; - PÉS COM RODÍZIOS GIRATÓRIO DE 2" DE DIÂMETRO; PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ EPOXI; - DIMENSÕES: 1,82M LARGURA ABERTO X 0,66M LARGURA FECHADO X 1,77M ALTURA X 0,50M COMPRIMENTO; - PESO: 10 KG.	4	UN
16	CABECA INTUBACAO PEDIATRICA - ANATOMIA REAL DA LÍNGUA, OROFARINJE, EPIGLOTE, LARINGE, CORDAS VOCAIS E TRAQUEIA. PRÁTICA DE INTUBAÇÃO ORAL E NASAL. USO PRÁTICO DE LMA (VIAS AÉREAS DA LARINGE COM MÁSCARA) E COMBITUBE. COLOCAÇÃO CORRETA DO TUBO PODE SER VERIFICADA AO PRATICAR O TESTE DE INFLAÇÃO. VENTILAÇÃO POR BOLSA E VÁLVULA PODE SER PRATICADA. MANOBRA DE SELICK PODE SER REALIZADA. INFLAÇÃO DO ESTÔMAGO. SIMULAÇÃO REAL DO TECIDO.	3	UN
17	CABECA P/ INTUBACAO E GERENCIAMENTO DE VIAS AEREAS - CABEÇAS PARA INTUBAÇÃO SIMULAM UM PACIENTE NÃO ANESTESIADO PARA PRATICAR TÉCNICAS DE INTUBAÇÃO, VENTILAÇÃO, ASPIRAÇÃO E RCP. ELAS TÊM UMA ANATOMIA E MARCAÇÕES REALISTAS, INCLUINDO DENTES, LÍNGUA, FARINJE ORAL E NASAL, LARINGE, EPIGLOTE, ARITENÓIDES, FALSAS CORDAS VOCAIS, CORDAS VOCAIS VERDADEIRAS, TRAQUEIA, PULMÕES, ESÔFAGO E ESTÔMAGO. PERMITE PRATICAR INTUBAÇÃO ORAL, DIGITAL E NASAL, BEM COMO INSERÇÃO DE E.T., E.O.A., P.T.L., L.M.A, E.G.T.A. E COMBITUBE® E KING SYSTEM. A APLICAÇÃO DE PRESSÃO NA CARTILAGEM CRICOIDE ALTERA A POSIÇÃO DA TRAQUEIA E FECHA O ESÔFAGO, PERMITINDO PRÁTICA REALISTA DA MANOBRA DE SELICK. POSIÇÃO LEVEMENTE ANTERIOR, LÍNGUA INCHADA E CORDAS VOCAIS, É UM ÓTIMO TREINADOR PARA TREINAMENTOS INICIANTE E AVANÇADOS. TÉCNICAS DE SUÇÃO E INFLAÇÃO APROPRIADA DO MANGUITO TAMBÉM PODEM SER PRATICADAS E AVALIADAS. APRESENTA CONSTRUÇÃO DURÁVEL, RESISTENTE, EM PEÇA ÚNICA E PULMÕES BIFURCADOS. LUBRIFICANTE EM SPRAY.	1	UN
18	CADEIRA DE COLETA : ASSENTO, ENCOSTO E BRAÇO FRONTAL ESTOFADOS EM ESPUMAS, REVESTIDOS EM CORANO; PÉS COM PONTEIRAS PLÁSTICAS	1	UN
19	CADEIRA DE RODAS AÇO CARBONO - CADEIRA DE RODAS PNEU INFLÁVEL; - FEITA EM AÇO CARBONO; - ENCOSTO E ASSENTO EM NYLON ALMOFADADO;- APOIO DE PÉS E BRAÇOS REMOVÍVEL; - DOBRÁVEL ; - RODAS TRASEIRAS 24" INFLÁVEL; - RODAS DIANTEIRAS 6" MACIÇO; - FREIO IMPULSOR BILATERAL - ARO IMPULSOR BILATERAL; LARGURA DO ASSENTO: 40 CM ; PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 43 CM ;ALTURA ENCOSTO: 40 CM ;ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO: 50 CM ;COMPRIMENTO TOTAL DA CADEIRA: 76 CM; LARGURA TOTAL ABERTA: 65 CM; LARGURA TOTAL FECHADA: 33 CM; ALTURA DO CHÃO À MANOPLA: 90 CM PESO DA CADEIRA: 14 KG; CAPACIDADE MÁXIMA DE PESO: 85 KG; ALTURA DO CHÃO AO AP DE BRAÇO: 67 CM; ALTURA DO ASSENTO AO AP DE BRAÇO: 16 CM.	1	UN
20	CAMA HOSPITALAR FAWLER 2 MOVIMENTOS MANUAL LUXO - MOVIMENTOS: FAWLER/SEMI-FAWLER, FLEXÃO DE PERNAS,DORSO E VASCULAR. DIMENSÕES TOTAIS DO LEITO: 90X190 CM . ALTURA DO LEITO: 55 CM . GRADES LATERAIS: 120 X 40 CM . CAPACIDADE MÁXIMA: 130 KG .ESTRUTURA EM AÇO CARBONO 1,20 MM, PERFILADO EM 'U' 50X25X2,65 MM. ESTRADO DE CHAPA DE AÇO 1,20 MM, ESPESSURA DE 0,6 MM, EM ESTRUTURA DE CANTONEIRA 1"X1/8". PINTURA ELETROSTÁTICA EM EPÓXI-PÓ NA COR BRANCA. RODÍZIOS DE 3" COM FREIOS DE AÇÃO DUPLA NA DIAGONAL. CABECEIRA COM ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO CARBONO 1020 1 1/4"X1,20 MM, REMOVÍVEL ATRAVÉS DE ENCAIXE FÁCIL. GRADE COM ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO CARBONO 1020 5/8"X1,20 MM DE FÁCIL MANUSEIO.	1	UN
21	CARRO EMERGENCIA TAMPO INOX - DIMENSÕES: LARGURA: 505 MM X PROFUNDIDADE: 360 MM X ALTURA: 960 MM. DIMENSÕES UTEIS DO TAMPO: LARGURA: 440 X PROFUNDIDADE: 290 MM. GAVETAS: LARGURA. 410 X PROFUNDIDADE: 28 MM. 04 GAVETAS COM GUIAS DESLIZANTES (03 DELAS NA ALTURA DE 13 CM E UM GAVETÃO NA ALTURA DE 3 POSSUI PRATELEIRA GIRATÓRIA (360°) PARA MONITOR REGULÁVEL EM ALTURA MEDINDO 40X40 CM, EXTENSÃO ELÉTRICA DE 03 METROS COM 04 TOMADA 02P + T.6 CM), SENDO 02 DELAS COM COLMEIAS COM 11 DIVISÓRIAS CADA (TOTALIZANDO 22 DIVISÓRIAS).	1	UN
22	COLAR CERVICAL CONVENC. C/ 4 MED. O KIT COLAR DE RESGATE CONFECCIONADO EM POLIETILENO VIRGEM REVESTIDO EM EVA BRANCO , VELCRO COSTURADO EM AMBOS OS LADOS NAS CORES SEGUINDO PADRÃO DE CADA TAMANHO, MONTADO ATRAVÉS DE BOTÃO COM TRAVAMENTO NA COR BRANCA, SUPORTE MENTONIANO, ABERTURA FRONTAL PARA ANÁLISE DO PULSO CAROTÍDEO E ABERTURA PARA PALPAÇÃO E VENTILAÇÃO DA NUCA.ÍTENS QUE COMPÕEM O KIT COLAR CERVICAL• 1 COLAR CERVICAL PARA RESGATE PP• 1 COLAR CERVICAL PARA RESGATE P• 1 COLAR CERVICAL PARA RESGATE M• 1 COLAR CERVICAL PARA RESGATE G	2	KIT
23	DENSÍMETRO PARA ÓLEOS	1	UN



24	DESFIBRILADOR DEA (DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO) - O TREINADOR DE DEA É REALISTA E SIMULA O DEA HEARTSTART® FR2 EM APARÊNCIA, FUNCIONAMENTO E COMANDOS DE VOZ. DEZ CENÁRIOS DE PARADA CARDÍACA SÚBITA PRÉ-CONFIGURADOS, COMPATÍVEIS COM PROGRAMAS DE TREINAMENTO DESENVOLVIDOS POR PROGRAMAS DE SOCORRISTAS RECONHECIDOS INTERNACIONALMENTE. O INDICADOR DE STATUS COM ABA SIMULA A JANELA DE STATUS DO HEARTSTART FR2 PARA TREINAMENTO DE MANUTENÇÃO. INCLUI UM SOFT PACK DE ALTA QUALIDADE COM CARTÃO DE PROTOCOLO "1-2-3" PARA AUMENTAR O REALISMO DO TREINAMENTO E ARMAZENAGEM DURÁVEL DO EQUIPAMENTO	1	UN
25	DETECTOR FETAL PORTÁTIL DIGITAL - TRANSDUTOR DE ALTA SENSIBILIDADE; - COMPACTO, LEVE E FÁCIL OPERAÇÃO; - ALTO-FALANTE DE ALTA PERFORMANCE; - ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO, GRAVADOR DE SOM OU COMPUTADOR; - DESIGN ERGONÔMICO E COMPARTIMENTO PARA TRANSDUTOR; - BOTÃO LIGA/DESLIGA E CONTROLE DE VOLUME; - SENSIBILIDADE A PARTIR DE 10-12 SEMANAS. PERFORMANCE FHR: - FAIXA DE MEDIÇÃO: 50-240 BPM; - RESOLUÇÃO: 1BPM; - PRECISÃO: ± 1 BPM; - SAÍDA DE ENERGIA: 20MW. TRANSDUTOR: - FREQUÊNCIA NOMINAL: 2.0MHZ; - FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 2.0MHZ ± 10%; - P-: <1MPA; - LOB: <20 MW/CM²; - ISPTA: <100 MW/CM² - INTENSIDADE DE SAÍDA DE ULTRASSOM: ISATA <10 MW/CM²; - ÁREA DE RADIAÇÃO EFETIVA DO TRANSDUTOR: 154MM². POSSUI REGISTRO ANVISA.	3	UN
26	DURÔMETRO PORTÁTIL DIGITAL - EQUIPAMENTO PORTÁTIL E DE FÁCIL MANEJO QUE PERMITE MEDIÇÃO DA DUREZA DE COMPRIMIDOS COM ROBUSTEZ E PRECISÃO; O ENSAIO É REALIZADO MANUALMENTE, COM INDICAÇÃO CORRESPONDENTE À FORÇA DE RUPTURA DA AMOSTRA TESTADA; INDICADOR DIGITAL DE CRISTAL LÍQUIDO (LCD), COM INDICAÇÃO EM TEMPO REAL ATÉ A RUPTURA DA AMOSTRA; CONGELA A MARCAÇÃO COM O VALOR DA RUPTURA; FUNCIONA COM 04 PILHAS DE 1,5 V (INCLUSAS) OU RECARREGÁVEIS DE 1,2 V (NÃO INCLUSAS); DESLIGA AUTOMATICAMENTE ECONOMIZANDO ENERGIA; CORPO DE ALUMÍNIO POLIDO, COM MANÍPULO DE FÁCIL OPERAÇÃO; SISTEMA DE PRESSÃO POR FUSO SEM FIM, ESMAGADORES DE AÇO INOX AISI 304 E PROTETOR DE AMOSTRA EM ACRÍLICO INCOLOR; SISTEMA DE MEDIÇÃO POR CÉLULA DE CARGA E CIRCUITO ELETRÔNICO MICROPROCESSADO; CAPACIDADE PARA COMPRIMIDOS DE ATÉ 25 MM DE DIÂMETRO; ESCALA: 0 A 20 KGF; UNIDADE DE MEDIDAS: KGF, N, LB (POUND) COM SELEÇÃO VIA TECLADO; SENSIBILIDADE DE 0,1 KGF; PRECISÃO DE ± 0,1 KGF.	1	UN
27	ESCADA C/ 02 DEGRAUS, PINTADO, PISO DE BORRACHA - ESTRUTURA EM METALON DE AÇO CARBONO DE 20 X 20 X 1,20 MM; PISO: EM CHAPA DE AÇO REVESTIDO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE E PROTEÇÃO DE CINTA INOX EM TODA VOLTA; PÉS: COM PONTEIRAS. ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ COM RESINA EPÓXI-POLIÉSTER E POLIMERIZADO EM ESTUFA, EXCELENTE RESISTÊNCIA QUÍMICA E MECÂNICA, APÓS TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO; AS CORES DO ACABAMENTO EM PINTURA, VARIAM DE ACORDO COM A OPÇÃO DO CLIENTE, SENDO OS PADRÕES BRANCO OU BEGE. DIMENSÕES EXTERNAS: 0,44 X 0,44 X 0,40 M; MEDIDAS DE CADA PISO: 0,39 X 0,18 M.	5	UN
28	ESFIGMOMANOMETRO - BRACADEIRA ANTIALÉRGICO, VELCRO, PERA E VALVULA - APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO, UM APARELHO CONVENCIONAL QUE POSSUI MANÔMETRO ANEROIDE (NÃO UTILIZA LÍQUIDOS) EM ESCALA DE 0 A 300MMHG, CAIXA INJETADA EM LIGA DE ZINCO COM PINTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOSTRADOR PLANO, COM VÁLVULA DE METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSÍVEL, BRAÇADEIRA EM NYLON LAVÁVEL COM FECHO EM VELCRO RESISTENTE. POSSUI MANGUITO DE BORRACHA VULCANIZADA COM DUAS SAÍDAS, SEM EMENDAS, DE ALTA DURABILIDADE E PÊRA INSULFLADORA DE BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE.- BRAÇADEIRA: NYLON ANTI-ALÉRGICO E TRATAMENTO IMPERMEÁVEL; - COR: PRETO; - FECHAMENTO: VELCRO; - PERA INSULFLADORA: BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE; - MANÔMETRO: ANERÓIDE COM ESCALA DE 0 A 300 MM/HG.; EM PVC ANTI-ALÉRGICO E DE ALTA DURABILIDADE - MANGUITO: BORRACHA VULCANIZADA COM DUAS SAÍDAS, SEM EMENDAS, DE ALTA DURABILIDADE, EM PVC ANTI-ALÉRGICO; - VÁLVULA: METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSÍVEL. • CERTIFICADO PELA ANVISA; • AFERIDO PELO INMETRO E 100% COM SELO DE VERIFICAÇÃO INICIAL.	4	UN
29	FOCO AUXILIAR CLÍNICO COM LÂMPADA LED FOCO DE LUZ AUXILIAR PARA EXAMES CLÍNICOS E GINECOLÓGICOS COM ESPELHO; HASTE SUPERIOR FLEXÍVEL CROMADA E PEDESTAL COM HASTE INFERIOR PINTADA EM EPÓXI; ALTURA VARIÁVEL ENTRE 90 E 160 CM; BASE DO PEDESTAL COM 04 RODÍZIOS; ILUMINÂNCIA APROXIMADA - 8000LUX; ALIMENTAÇÃO: 200V; GARANTIA MÍNIMA 12 MESES.	1	UN

30	FOCO CLÍNICO GINECOLÓGICO, HASTE SUPERIOR FLEXÍVEL E CROMADA, BASE DO PEDESTAL COM RODÍZIOS, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA AUTOMÁTICA DE 127 A 220V, LÂMPADA DE LED (LUZ FRIA E BRANCA).	4	UN
31	FOCO DE LUZ P/ COLETA DE CITOLOGIA - VOLTAGEM: BIVOLT; MODELO: APOIO DE MESA; MATERIAL: ALUMÍNIO; DIMENSÕES: 80 X 30 X 24CM (C X L X A); PESO: 3,9KG; GARANTIA: 12 MESES ; ITENS INCLUSOS - 01 FOCO DE LUZ FRIA CONCENTRADO A LED COM APOIO DE MESA.	3	UN
32	FRIABILÔMETRO (APARELHO PARA TESTE DE FRIABILIDADE DE COMPRIMIDOS) - GABINETE DE CHAPA DE AÇO CARBONO SAE 1020 COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ; TAMBOR DE ACRÍLICO INCOLOR; TEMPORIZADOR MICROPROCESSADO COM INDICAÇÃO DIGITAL E ALARME SONORO AO FINAL DO TESTE; TECLADO EMBUTIDO SENSÍVEL AO TOQUE; MOTOREDUTOR COM VELOCIDADE FIXA DE 25 RPM 1 RPM; BAIXO CONSUMO DE ENERGIA; NÚMERO DE PROVAS: 1 OU 2; TENSÃO 220V - 50/60 HZ.	1	UN
33	LÂMPADA DE MICROSCOPIA COMPATÍVEL COM ITEM MICROSCÓPIO BINOCULAR DESCRITO NO ITEM	5	UN
34	LARINGOSCOPIO C/ LAMINA RETA N 0 (PREMATUROS)	2	UN
35	LARINGOSCOPIO C/ LAMINA RETA N 01 (TERMO)	2	UN
36	LARINGOSCOPIO METAL COMPLETO MEDIO C/ 5 LAMINAS CURVAS 0,1, 2, 3, 4 -LARINGOSCÓPIO COM CABO PARA 02 PILHAS MÊDIAS, COM 5 LÂMINAS, SENDO 0,1,2,3,4 FABRICADAS EM AÇO INOX, FACES FOSCAS. LÂMPADA RESERVA. ACONDICIONADO EM ESTOJO. LÂMPADA EM LED (LIGHT EMISSION DIODE) E VIDA ÚTIL DE 30.000 HORAS. ACONDICIONADO EM ESTOJO.	7	UN
37	LARINGOSCOPIO PEDIÁTRICO - LARINGOSCÓPIO INFANTIL COM 03 LÂMINAS – RETAS; CABO EM AÇO INOX À PROVA DE FERRUGEM, RECARTILHADO PARA MAIOR ERGONOMIA E SEGURANÇA; ALIMENTAÇÃO POR PILHAS ALCALINAS OU BATERIAS RECARREGÁVEIS; ILUMINAÇÃO: LÂMPADA HALÓGENA 2,5V LÂMINA STANDARD; FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL AUSTENÍTICOS À PROVA DE FERRUGEM; ACABAMENTO ACETINADO PARA REDUÇÃO DO BRILHO; UTILIZA CABO TIPO AA E TIPO C; ALIMENTADO ATRAVÉS DE PILHAS ALCALINAS OU BATERIA RECARREGÁVEL; AUTOCLAVÁVEL A 134 °C DURANTE 5 MINUTOS; ESTERILIZÁVEL EM ÓXIDO DE ETILENO OU AUTOCLAVE A VAPOR LÂMINAS INCLUSAS: LÂMINA DE LARINGOSCÓPIO 00,0,1.	7	UN
38	LAVADOR DE PIPETAS. CAPACIDADE: 150 PIPETAS DE 10 ML; 250 PIPETAS DE 0,5 ML. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: I) FABRICADO EM PVC RÍGIDO: BRANCO; II) COMPOSTO POR 04 PEÇAS (02 DEPÓSITOS PARA SOLUÇÃO DE LIMPEZA, CESTO PERFURADO PARA PIPETAS CONTAMINADAS, DEPÓSITO SIFÃO LAVADOR).	1	UN
39	LAVATORIO PARA ESCOVAÇÃO DE MÃOS - LAVA MÃOS EM AÇO INOXIDÁVEL COM ACIONAMENTO POR JOELHO MEDIDAS: 540X410X595MM .	1	UN
40	MANEQUIM ADULTO BISEXUAL COM ORGÃOS INTERNOS - O MANEQUIM BISEXUAL COM ÓRGÃOS INTERNOS É ARTICULADO EM TAMANHO NATURAL E MEDE 1.70 CM DE ALTURA, INDICADO PARA OS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM. MODELOS ANATÔMICOS: (ESTÔMAGO, PULMÃO, INTESTINO GROSSO, INTESTINO DELGADO E BEXIGA SÃO FACILMENTE VISUALIZADOS) ÓRGÃO GENITAL: (MASCULINO E FEMININO POSSIBILITANDO A CONEXÃO DA BEXIGA E A SEÇÃO INTESTINAL). CABEÇA: MOVIMENTOS REALÍSTICOS. NARIZ: ABERTURAS NASAIS, (RESPECTIVAS ESTRUTURAS INTERNAS), POSSIBILITANDO PASSAGEM DE SONDA. BOCA E DENTES: HIGIENE BUCAL E LIMPEZA DENTÁRIA (RESPECTIVAS ESTRUTURAS INTERNAS). BRAÇOS: BRAÇOS REALÍSTICOS PARA TREINO DE INJEÇÃO INTRA VENOSA, INTRAMUSCULAR (IV E IM) E AFERIÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL; GLÚTEO: INJEÇÃO INTRAMUSCULAR NO MÚSCULO DO GLÚTEO LOCALIZADO ACIMA DA COXA. PERNAS: INJEÇÃO INTRAMUSCULAR NO VASTO LATERAL.	2	UN



41	<p>MANEQUIM BISSEXUAL ADULTO - MANEQUIM ADULTO BISSEXUAL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 170 CM, COM ESTRUTURA ANATÔMICA DA CAVIDADE ORAL, ABERTURA MANDIBULAR, ARCADA DENTARIA, LÍNGUA, PALATO, ÚVULA, GLOTE, CORDAS VOCAIS, TRAÇOS ANATÔMICOS REALÍSTICOS, CLAVÍCULA, OSSO, ESTERNO, ESCAPULAS E COLUNA VERTEBRAL, PARA FACULDADES E ESCOLAS TÉCNICA DE ENFERMAGEM, TEXTURA DA PELE MACIA. COMPOSTO POR: CAVIDADE ORAL; ABERTURA MANDIBULAR; ARCADA DENTARIA; LÍNGUA; PALATO; ÚVULA; § GLOTE; CORDAS VOCAIS; CLAVÍCULA; OSSOS ESTERNO; ESCAPULAS; COLUNA VERTEBRAL; ÓRGÃOS FEMININO E MÁSCULO. O MODELO DEVE PERMITE REALIZAR: BANHO NO LEITO; HIGIENE ORAL; HIGIENE AURICULAR; TÉCNICAS DE REMOÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DO PACIENTE; DIFERENTES POSIÇÕES PARA EXAME E TRATAMENTO; ADMINISTRAÇÃO DE OXIGÊNIO; INTUBAÇÃO OROTRAQUEAL; PASSAGEM DE Sonda NASOGÁSTRICA; CUIDADOS COM TRAQUEOSTOMIA; CURATIVOS E ASPIRAÇÃO; BANDAGEM E CURATIVOS; ADMINISTRAÇÃO DE INJEÇÃO INTRAMUSCULAR; CUIDADOS COM OSTOMIA; CUIDADO COM O COTO DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO; PASSAGEM DE Sonda VESICAL (ALIVIO E DEMORA); PASSAGEM DE Sonda RETAL (ENEMA). SIMULAÇÃO DE PUNÇÃO DE MEDULA EM REGIÃO LOMBAR E DE QUADRIL. SIMULAÇÃO DE PUNÇÃO PLEURAL EM REGIÃO POSTERIOR DO TÓRAX. ACOMPANHA: MANEQUIM COMPLETO; PIJAMA; ÓRGÃO GENITAL MASCULINO; ÓRGÃO GENITAL FEMININO; COTO DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO; SERINGA 5 ML; FRASCO DE PÓ SIMULADOR DE SANGUE; FRASCO DE TALCO PARA CUIDADOS; FRASCO DE LUBRIFICANTE; SONDA NASOGRÁSTICA; SONDA RETAL; SONDA DE ASPIRAÇÃO; MANUAL EM PORTUGUÊS.</p>	3	UN
42	<p>MANEQUIM DE RCP AVANÇADO - O MANEQUIM INCORPORA UM SISTEMA BLUETOOTH QUE PERMITE CONEXÃO AO SEU SMARTPHONE E PARA ISSO É SÓ BAIXAR O APLICATIVO PRÓPRIO DO EQUIPAMENTO O QUAL ESTÁ DISPONÍVEL GRATUITAMENTE NA LOJA DE APLICATIVOS DE SEU SMARTPHONE. PARA O FUNCIONAMENTO DOS APLICATIVOS O SEU SMARTPHONE DEVE ESTAR PREPARADO COM: A) QCPR LEARNER - ANDROID 5.0 OU SUPERIOR; B) QCPR INSTRUCTOR - ANDROID 7.0 OU SUPERIOR; CARACTERÍSTICAS GERAIS:- CAPACIDADE PULMONAR DE 700-1000 ML: - A EXPANSÃO TORÁCICA É CLARAMENTE VISÍVEL QUANDO ESTA QUANTIA DE AR É VENTILADA NO MANEQUIM OU É INDICADA QUANDO ESTA QUANTIA FOR USADA. - ELASTICIDADE DO TÓRAX TIPO HUMANO, ENQUANTO A VENTILAÇÃO E COMPRESSÃO. - EXPANSÃO DO TÓRAX POR VENTILAÇÃO VIAS AÉREAS:- OBSTRUÇÃO NATURAL DAS VIAS AÉREAS PERMITE AOS ESTUDANTES APRENDER A TÉCNICA IMPORTANTE DE ABRIR A VIA AÉREA COMO EM UMA SITUAÇÃO REAL EXECUTANDO ADEQUADAMENTE: - INCLINAÇÃO DA CABEÇA - ELEVAÇÃO DO QUEIXO - PRESSÃO DA MANDÍBULA. RESPIRAÇÃO: PERMITE AOS PARTICIPANTES DO CURSO EXECUTAR ADEQUADAMENTE: - RESPIRAÇÃO BOCA - BOCA (COM OU SEM BARREIRA RESPIRATÓRIA); - A NARINA PODE SER PINÇADA; (COBRIR EXIGÊNCIAS MÍNIMAS.) - RESPIRAÇÃO BOCA - NARIZ. (COBRIR EXIGÊNCIAS MÍNIMAS) - RESPIRAÇÃO SÓ NARIZ (COBRIR EXIGÊNCIAS MÍNIMAS) - POSSIBILITA O USO DE RESSUSCITADOR MANUAL OU PROTETOR FACIAL DURANTE A VENTILAÇÃO - PERMITE A RESPIRAÇÃO COM MÁSCARA BUCAL COMPRESSÃO: O TÓRAX SIMULA MARCOS ANATÔMICOS REALÍSTICOS PERMITINDO O POSICIONAMENTO DAS MÃOS; - MOVIMENTO VERTICAL DO TÓRAX DANDO MAIS REALISMO AS COMPRESSÕES COM FEEDBACK IMEDIATO - PERMITE A COMPRESSÕES DE TÓRAX A UMA PROFUNDIDADE DE 5 CM A 6 CM. ACOMPANHAM O PRODUTO: MANEQUIM, 2 PELES DA FACE, 2 VIAS AÉREAS DESCARTÁVEIS, BOLSA PARA TRANSPORTE, 6 LENÇOS HIGIÊNICOS, MANUAL DE USO, JAQUETA.</p>	4	UN
43	<p>MANEQUIM P/ SIMULACAO ENTUBACAO BEBE - FETO DE 25 SEMANAS DE BPN (BAIXO PESO AO NASCER) É O MENOR E MAIS REALISTA BEBÊ PREMATURO DISPONÍVEL. O BEBÊ PODE SER VENTILADO E ACEITARÁ UM TUBO FUNCIONAL ET, NG, CATETER UMBILICAL E LINHA IV, BEM COMO TUBO TORÁCICO NÃO FUNCIONAL E ESTOMAS. FORNECIDO COM: FRALDA, CHAPÉU, (COR PODE VARIAR), UMBIGO, ONFALOCELE, DEFEITO DO TUBO NEURAL, BLOQUEIO TORÁCICO BILATERAL, BLOQUEIO TORÁCICO UNILATERAL, VIA AÉREA, SERINGA DE 3 CC, AGULHA BORBOLETA CALIBRE 25, LUBRIFICANTE, PÓ DE SANGUE E CONJUNTO DE BULBO E TUBO. CARACTERÍSTICAS & FUNÇÕES: • VIA AÉREA, RESPIRAÇÃO E VENTILAÇÃO • TUBO PEITORAL • LIMPEZA E TROCA DE FRALDAS • PARTO • GI • ACESSO IV • MONITORAMENTO • DEFEITO DE TUBO NEURAL (MIELOMENINGOCELE) • OBSERVAÇÃO E MEDIÇÃO • CENÁRIOS • RESPIRAÇÃO SIMULADA • CUIDADOS COM PELE E FERIMENTOS • PELE MUITO MACIA E REALISTA • CUIDADOS DE ESTOMAS • SUÇÃO • UMBIGO COM ONFALOCELE OPCIONAL • VÁRIOS MONITORES, SENSORES, ELETRODOS, ETC. PODEM SER CONECTADOS AO MANEQUIM SEMPRE QUE NECESSÁRIO • VENTILAÇÃO • APROXIMADAMENTE 12% OU 1 EM CADA 8 RECÊM-NASCIDOS SÃO PREMATUROS • O PARTO DE UM BEBÊ DE PESO EXTREMAMENTE BAIXO (≤1.000 G) PERMANECE UMA EMERGÊNCIA MÉDICA EXTREMA, QUE REQUER TÉCNICAS E EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS • SIMULA UM RECÊM-NASCIDO DE 25 SEMANAS - O MENOR BEBÊ PREMATURO COM AS PROPORÇÕES MAIS REALISTAS DISPONÍVEL • INTEIRAMENTE FLEXÍVEL E OFERECE OPORTUNIDADES DE TREINAMENTO PARA UMA VARIEDADE DE PROCEDIMENTOS COMUMENTE REALIZADOS.</p>	1	UN

44	MEDIDOR PH BANCADA: PHMETRO DE BANCADA MICROPROCESSADO PARA SOLUÇÕES AQUOSAS COMPLETO -TOTALMENTE MICROPROCESSADO, MEDE PH/MV/ORP E TEMPERATURA TRABALHANDO COM TODOS OS TIPOS DE ELETRODO, INCLUSIVE DE ÁLCOOL. SENSOR DE TEMPERATURA INDIVIDUAL EM AÇO INOX, PODENDO-SE USAR O EQUIPAMENTO COMO TERMÔMETRO; DISPLAY ALFANUMÉRICO FORNECE MENSAGENS QUE GUIAM O USUÁRIO E IMPEDEM ERROS DE UTILIZAÇÃO; VERIFICA DEFEITOS NO ELETRODO, SENSOR DE TEMPERATURA E NAS SOLUÇÕES TAMPÃO, INFORMANDO EM CASO DE PROBLEMAS; MOSTRA SIMULTANEAMENTE O PH E TEMPERATURA DA SOLUÇÃO; INDICADOR DE LEITURA ESTÁVEL, MOSTRA QUANDO JÁ SE PODE TOMAR A LEITURA; COMPENSAÇÃO DE TEMPERATURA AUTOMÁTICA OU MANUAL; GABINETE EM ABS, EVITA CORROSÃO; SUPORTE INDIVIDUAL P/ ELETRODO E SENSOR DE TEMPERATURA; CALIBRAÇÃO AUTOMÁTICA, ACEITA VÁRIOS TIPOS DE TAMPÕES.	2	UN
45	MESA AUXILIAR FERRO 60X40X80CM	5	UN
46	MESA AUXILIAR PARA EXAME GINECOLÓGICO (PÉS TUBULARES COM PONTEIRAS, TAMPO E PRATELEIRA ESMALTADOS NA COR BRANCA.DIMENSÕES: 0,40M COMP. X 0,40M LARG. X 0,80M ALTURA, SEM RODÍZIO	8	UN
47	MESA CABECEIRA HOSPITALAR C/ GAVETA E ARMARIO - GABINETE CONSTRUÍDO EM CHAPA DE AÇO CARBONO; TAMPO EM MDF REVESTIDO EM LAMINADO DECORATIVO; POSSUI 01 GAVETA E 01 PORTA COM PRATELEIRA INTERNA EM CHAPA DE AÇO; PUXADORES EM MATERIAL PLÁSTICO; PÉS COM PONTEIRAS PLÁSTICAS NIVELADORAS - OPCIONAL: RODÍZIOS GIRATÓRIOS DE 2" DE DIÂMETRO; ACABAMENTO EM PINTURA EPÓXI, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO; DIMENSÃO APROXIMADA: 510 X 400 X 800 MM.	1	UN
48	MESA GINECOLÓGICA SIMPLES ESTOFADA, DIVIDIDO EM 03 PARTES, SENDO ENCOSTO E APOIO DE PÉS COM ALTURA REGULÁVEL E ASSENTO FIXO, PORTA COXAS ESTOFADAS COM ALTURA REGULÁVEL.	4	UN
49	MESA MAYO ESMALTADA C/ 03 PES, REGULAGEM, C/ BANDEJA DE INOX - ARMAÇÃO TUBULAR COM RODÍZIOS DE 2 TOTALMENTE DE INOX ALTURA REGULÁVEL POR ROSETA. ACOMPANHA BANDEJA EM AÇO INOX. ALTURA MÍNIMA 0,77M. ALTURA MÁXIMA 1,25M. DIMENSÕES DA BANDEJA: 43CM DE COMP. X 30,5 CM DE LARG. MEDIDAS DA EMBALAGEM 0,73 X 0,50 X 0,58. CUBAGEM: 0,2117M³ PESO: 3KG.	1	UN
50	MICROSCÓPIO BINOCULAR: OBJETIVAS PLANAS ACROMÁTICAS DE 4,10,40 E 100X - OCULAR 10X CAMPO DE 20MM- BIVOLT AUTOMÁTICO- PESO PROXIMADO 10,5 KG - DIMENSÕES 34 X 38 X 55 CM - LUZ LED POSSUIR UM SISTEMA DE ECOILUMINAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE A QUAL NÃO PRODUZ INFRAVERMELHO - POSSUIR UMA VIDA ÚTIL DE 60.000 HORAS - TUBO OCULAR - TUBO TIPO SIEDENTOPF - INCLINADO EM ÂNGULO DE 30 GRAUS - DISTÂNCIA INTERPUPILAR DE 47 A 75MM - AJUSTE DE PONTO DE VISÃO GIRATÓRIO DE 180 GRAUS - OCULARES E CAMPO DE VISÃO - CAMPO DE VISÃO DE 20MM - COM AJUSTE DE DIOPTRIA NAS DUAS OCULARES - CORRIGE A PARFOCALIDADE - POSSUI TRAVA ANTE DANOS OU PERDA - FOCALIZAÇÃO • FOCALIZAÇÃO COAXIAL • MACROMÉTRICA/MICROMÉTRICA; • DIREITA: MICROMÉTRICA; • ESQUERDA: MACRO/MICRO; • CURSO DE FOCALIZAÇÃO: 26,5 MM; • MACROMÉTRICA: 37,7 MM/VOLTA; • FINO: 0,2 MM/VOLTA; • TORQUE DA ROTAÇÃO MACROMÉTRICA AJUSTÁVEL, FUNÇÃO DE REFOCALIZAÇÃO;; -LAMPADA RESERVA.	1	UN
51	MOTOR ENDODONTICO SISTEMA ROTATORIO E RECIPROCANTE COM LOCALIZADOR APICAL E CONTRA- ÂNGULO. ESPECIFICAÇÕES: ALIMENTAÇÃO DO CARREGADOR BIVOLT 100-240V. * FREQUÊNCIA 47-63 HZ. * FAIXA DE TORQUES 20-410 GCM (0,2-4,1 NCM) NO MODO ROTATÓRIO. * GARANTIA: FOLHETO DE GARANTIA ACOMPANHA O EQUIPAMENTO. ATENDE O SISTEMA ROTATÓRIO E RECIPROCANTE. * WIRELESS (SEM FIO) NA PREPARAÇÃO DO CANAL RADICULAR. MAIOR PRATICIDADE DE MANUSEIO. * PEÇA DE MÃO COM ILUMINAÇÃO POR LED: GARANTINDO A MÁXIMA VISUALIZAÇÃO DO CAMPO DE TRABALHO. * 3 SISTEMAS DE FUNCIONAMENTO: * PREPARAÇÃO DO CANAL RADICULAR: MODO CONTÍNUO, MODO RECIPROCANTE (2 FUNÇÕES EXTRA PROGRAMÁVEIS NESTE MODO) E 8 MODOS PERSONALIZÁVEIS. * MEDIDA DO COMPRIMENTO DO CANAL RADICULAR: FUNÇÃO DE PERSONALIZAÇÃO DO AVISO DE LIMITE DO FORAME APICAL.	4	UN



	<p>* FUNÇÃO INTEGRADA (PREPARAÇÃO + MEDIDA DO COMPRIMENTO DO CANAL RADICULAR): FUNÇÕES APICAL REVERSO/STOP, AUTO INÍCIO, APICAL SLOW DOWN.</p> <p>* BATERIA DA PEÇA DE MÃO DE ALTA CAPACIDADE COM CARREGAMENTO WIRELESS OU POR CABO.</p> <p>* MEDIÇÃO DO COMPRIMENTO DE TRABALHO NÃO INFLUENCIADA PELA ESPESSURA DA LIMA.</p> <p>* SISTEMAS DE LIMA PRÉ-DEFINIDOS FACILITANDO A UTILIZAÇÃO, PERMITINDO TAMBÉM A PERSONALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS DO EQUIPAMENTO.</p> <p>* DISPENSA A UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS CONVENCIONAIS RADIOGRÁFICOS.</p> <p>* MENOR TEMPO PARA A OBTENÇÃO DO COMPRIMENTO DE TRABALHO.</p> <p>* TELA FRONTAL LCD BRILHANTE E COLORIDA.</p> <p>* TECLADO TOUCH CAPACITIVO. ALTA SENSIBILIDADE E EXCELENTE RESPOSTA.</p> <p>* CORPO DA PEÇA DE MÃO E BASE DE APOIO INJETADOS EM ABS DE ALTO IMPACTO.</p> <p>* INDICADOR SONORO QUANDO A LIMA É COLOCADA NO CANAL DA RAIZ DENTÁRIA.</p> <p>* INTENSIDADE AJUSTÁVEL DO INDICADOR SONORO.</p> <p>* BASE COM INDICADORES DE BATERIA, MODO DE ROTAÇÃO, ESTADO DE CONEXÃO.</p> <p>* PEÇA DE MÃO COM INDICADORES DE BATERIA E ESTADO DE CONEXÃO.</p> <p>* BASE DO EQUIPAMENTO ENERGIZADA POR BATERIA RECARREGÁVEL DE GRANDE AUTONOMIA.</p> <p>* PORTÁTIL: PERMITE CICLOS DE RECARGA DA PEÇA DE MÃO SEM QUE A BASE ESTEJA LIGADA A FONTE DE ENERGIA.</p> <p>PERMITE QUE NA FUNÇÃO COMPRIMENTO DO CANAL RADICULAR O PROFISSIONAL DEFINA UMA DISTÂNCIA DE SEGURANÇA DE AVISO ANTES DA ZONA DE LIMITE DO FORAME APICAL.</p> <p>* DISPLAY DE LCD CRISTAL LÍQUIDO.</p> <p>* MEDIÇÕES PRECISAS:</p> <p>* CALIBRAGEM AUTOMÁTICA E ALTA TECNOLOGIA EM SEU CIRCUITO ELETRÔNICO.</p> <p>PREPARAÇÃO DO CANAL RADICULAR E COM BAIXO PESO, PROPORCIONA UMA MOVIMENTAÇÃO ESTÁVEL E PRECISA.</p>		
52	NEGATOSCOPIO DE UM CORPO, PARA PAREDE METAL BRANCO, BIVOLT	10	UN
53	OFTALMOSCOPIO - OFTALMOSCÓPIO DE BOLSO;- SISTEMA ÓPTICO VEDADO PARA MANTER O INSTRUMENTO LIMPO E SEM POEIRA;- DISCO DE ABERTURA COM SEIS POSIÇÕES;- LENTE CONVERGENTE DE VIDRO;- FILTROS AZUL COBALTO, LIVRE DE VERMELHO E POLARIZADOR;- ABERTURA COM FIXADOR PARA LOCALIZAR LESÕES;- ABERTURA EM FENDA PARA VERIFICAR DIFERENTES NÍVEIS DE LESÕES E TUMORES;- APROXIMADAMENTE 19 LENTES PARA AJUSTES DE DIOPTRIA (-20 A +20).	2	UN
54	OTOSCÓPIO - ILUMINAÇÃO: HALÓGENA; TRANSMISSÃO: FIBRA ÓPTICA ATÉ A PONTA; LENTE DE FOCALIZAÇÃO: GRANDE-ANGULAR E REMOVÍVEL; PESO COM PILHAS: 132 G; ALTURA: 16,33 CM; MATERIAL DO CABO: INTEIRAMENTE METÁLICO; CONEXÃO DE INSUFLAÇÃO: SIM; ACOMPANHA 4 ESPÉCULOS ADICIONAIS (5MM, 4MM, 3MM E 2,5MM).	3	UN
55	OXIMETRO DEDO - • MEDIÇÃO PRECISA DO SPO2: 35% À 100%; • BATIMENTO CARDÍACO: 30 BPM À 240 BPM); • BARRA INDICADORA DE PULSAÇÃO; • SISTEMA DE MEDIÇÃO EMBORRACHADO (ANTI-SUOR E MAIS CONFORTÁVEL); • PODE SER USADO EM ADULTO E CRIANÇA A PARTIR DE 04 ANOS; • TELA LED COLORIDA DE 1,3"; • INDICADOR DE PILHA FRACA; • DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO CASO NÃO HAJA SINAL; • CURVA DE SATURAÇÃO; • DIMENSÕES: 57 × 31 × 32 MM; • PESO: MENOS QUE 50 GRAMAS	8	UN
56	PAQUIMETRO - APARELHO DE 150MMX0,01MM EM AÇO INOX 6" COM ESTOJO. É UM INSTRUMENTO USADO PARA MEDIR AS DIMENSÕES INTERNAS E EXTERNAS COM PRECISÃO.	1	UN
57	PELVIS FEMININA C/ ASSOALHO PELVICO 5 PARTES	2	UN

58	<p>PELVIS FEMININA C/ GRAVIDEZ 04 PARTES - MODELO DE PÉLVIS EM TAMANHO NATURAL EM 4 PARTES.</p> <p>1 FETO DE 2º SEMANAS E 1 FETO DE 36º SEMANAS DE GESTAÇÃO MOVEL.</p> <p>COMPOSTO POR:</p> <p>MÚSCULO ABDOMINAL</p> <p>LIGAMENTO UTERINO</p> <p>CAVIDADE ANAL</p> <p>COLUNA VERTEBRAL</p> <p>CORPO DO ÚTERO</p> <p>VAGINA</p> <p>URETER</p> <p>LIGAMENTO DO ÚTERO</p> <p>SEGMENTO DE COLUNA LOMBAR</p> <p>PARTE DA VULVA</p> <p>MÚSCULO GLÚTEO</p>	2	UN
59	<p>PONTO DE FUSÃO À SECO - BASE EM CHAPA DE AÇO COM REVESTIMENTO EPÓXI ELETROSTÁTICO; INTERRUPTOR DE AQUECIMENTO DIRETO OU CONTROLADO; CONTROLE ELETRÔNICO DA TEMPERATURA COM ESCALA DE REFERÊNCIA ENTRE PONTOS DE 1 À 10; OCULAR COMLENTE DE AUMENTO, FOCO REGULÁVEL E REMOVÍVEL PARA SUA LIMPEZA; BLOCO DE AQUECIMENTO EM ALUMÍNIO; TEMPERATURA MÁXIMA 300°C; ILUMINAÇÃO HORIZONTAL INDIRETA; ACOMPANHA TERMÔMETRO DE VIDRO DE 0°C A 300°C, 50 CAPILARES, DISPOSITIVO AUXILIAR DE RESFRIAMENTO E MANUAL DE INSTRUÇÕES.</p>	1	UN
60	<p>RAIO - X DIGITAL PORTÁTIL - MICRO IMAGEM, 600 W- PAINEL LCD, VOLTAGEM 220V -</p> <p>ESPECIFICAÇÕES: RAIOS-X DIGITAL PORTÁTIL MICRO IMAGEMSEM FIO: BATERIA RECARREGÁVELTIPO DE EXPOSIÇÃO: MOLAR, INCISO E CANINOFILME OU SENSOR DIGITALPAINEL LCD MODERNO.USO DE BRAÇO OPCIONAL.POTÊNCIA DE ENTRADA: 600 W.60 KV + /-5%.ARCO VIDRO PLUMBLIFERO PROTEGE CONTRA A RADIAÇÃO SECUNDÁRIACHAVE DE VOLTAGEM: 22.2V.TAMANHO: 135 (L) 250 (C) 175 (A) MM.MOVIMENTOS LIVRES.A BATERIA TOTALMENTE CARREGADA PERMITE TIRAR ATÉ 100 DISPAROS, DEPENDENDO DO TEMPO DE EXPOSIÇÃO DO EQUIPAMENTO, POR EXEMPLO SE USADO A 0,50 SEGUNDOS, PODE ALCANÇAR ATÉ 500 DISPAROS.O TEMPO DE VIDA ÚTIL DA BATERIA, EM MÉDIA É DE 1 ANO E MEIO A 2 ANOS SE FOR USADO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO MANUAL.A TROCA DA BATERIA É REALIZADA PELA ASSISTÊNCIA TÉCNICA MICRO IMAGEM QUE OFERECE 01 ANO DE GARANTIA DO EQUIPAMENTO.SOB REGISTRO DA ANVISA 80840260002 É CAPAZ DE OPERAR DENTRO DOS PARÂMETROS- ALTA FREQUÊNCIA DE RAIOS-X.- MICROPROCESSADOR E CIRCUITOS ESPECIALIZADOS QUE MONITORA PRECISAMENTE AS TÉCNICAS DE EXPOSIÇÃO.- PAINEL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO.- CONFIGURAÇÃO DE EXPOSIÇÃO DE RAIOS-X SIMPLES E FÁCIL.- PRÉ PROGRAMAÇÃO DO TEMPO DE EXPOSIÇÃO TORNA A OPERAÇÃO RÁPIDA E FÁCIL.- PROTEÇÃO DE VIDRO EXTERNA PARA PROTEGER O OPERADOR E O PACIENTE DA DISPERSÃO DE RADIAÇÃO.- TECNOLOGIA DE EMISSÃO COM POTÊNCIA CONSTANTE (REDUÇÃO DA DOSAGEM DE RADIAÇÃO COMPARADA AOS RAIOS-XCONVENCIONAIS).- ITENS INCLUSOS:RAIOS-X DIGITAL PORTÁTIL DIOX MICRO IMAGEM- GARANTIA DE 12 MESES (CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO, VÁLIDA A PARTIR DA DATA DE RECEBIMENTO DO PRODUTO)FABRICADO NO BRASIL E AUTORIZADO PELA ANVISA.</p>	2	UN
61	<p>REFRATÔMETRO BANCADA TIPO ABBE C/ TERMÔMETRO E CONEXÃO BANHO; - FAIXA DE MEDIÇÃO DO ÍNDICE DE REFRACTIVIDADE: 1,300 A 1,700; - MÍNIMA DIVISÃO DE ÍNDICE DE REFRACTIVIDADE: 0,0002; - FAIXA DE MEDIÇÃO DE %BRIX: 0 A 95; - MÍNIMA DIVISÃO DE %BRIX: 0,25 - EFETUA MEDIÇÕES DE %BRIX E ÍNDICE DE REFRACTIVIDADE EM MATERIAIS SÓLIDOS TRANSLÚCIDOS; - VALOR MÍNIMO PARA MEDIÇÃO DA CONSISTÊNCIA DO AÇÚCAR: 0,25 %BRIX; - SOLUÇÃO DE BROMONAFTALENO; -LENTE OCULAR COM AJUSTE DE FOCO; - TERMÔMETRO DIGITAL; - FAIXA DE MEDIÇÃO DO TERMÔMETRO: -50 A 70°C; - PRISMA PARA AFERIÇÃO; - CONEXÃO PARA BANHO TERMOSTÁTICO - CHAVE PARA REALIZAÇÃO DO AJUSTE ; ACESSÓRIOS: PRISMA PARA AFERIÇÃO - SOLUÇÃO DE BROMONAFTALENO - TERMÔMETRO DIGITAL ESPECIAL (COM ESCUDO PROTETOR) - CHAVE DE CALIBRA.</p>	1	UN
62	<p>SELADORA - • COM ACIONAMENTO MANUAL. CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO, AUMENTANDO A DURABILIDADE DO PRODUTO. SISTEMA PARA AQUECIMENTO COM RESISTÊNCIA BLINDADA. PINTURA EPÓXI ELETROSTÁTICA NA COR BRANCA. ÁREA PARA SELAGEM: 21CM. LARGURA PARA SELAGEM: 13MM. TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO (VOLTAGEM): BIVOLT (110/200 V) AUTOMÁTICO. FREQUÊNCIA: 50/60 HZ. POTÊNCIA MÁXIMA: 100 W. TEMPERATURA: ATÉ 200°C.</p>	1	UN
63	<p>SELADORA DE PEDAL PARA GRAU CIRÚRGICO, COM BARRA DE SELAGEM DE 25CM. VOLTAGEM:</p>	1	UN



	220		
64	<p>SIMULADOR DE CATETERISMO VESICAL E LAVAGEM INTESTINAL, BISSEXUAL, COM DISPOSITIVO DE CONTROLE</p> <p>SIMULADOR DE CATETERISMO VESICAL, BISSEXUAL, COM DISPOSITIVO ELETRÔNICO DE CONTROLE. MODELO DISPÕE DE ALERTA LUMINOSO E SONORO QUANDO INSERIDO CORRETAMENTE A SONDA VESICAL DE DEMORA E APRESENTA SISTEMA AUTOMÁTICO DE RETORNO DA "URINA" QUANDO REALIZADO O PROCEDIMENTO COM ÊXITO. CONFECCIONADO EM PVC E POLI ELASTÔMERO.</p> <p>COMPOSTO POR:</p> <p>§ SIMULADOR DE CATETERISMO VESICAL, BISSEXUAL.</p> <p>O MODELO PERMITE:</p> <p>§ SIMULAÇÃO DE PASSAGEM DE SONDA VESICAL FEMININA;</p> <p>§ SIMULAÇÃO DE PASSAGEM DE SONDA VESICAL MASCULINA;</p> <p>§ VISUALIZAR SE A TÉCNICA APLICADA ESTÁ CORRETA OU NÃO, ATRAVÉS DAS LUZES DE ADVERTÊNCIA E SINAIS SONOROS;</p> <p>§ VISUALIZAR O RETORNO DE "URINA" AUTOMATICAMENTE, APÓS A INSERÇÃO CORRETA DA SONDA VESICAL;</p> <p>§ VISUALIZAR A PARTE INTERNA DA REGIÃO ABDOMINAL DO SIMULADOR.</p> <p>ACOMPANHA:</p> <p>§ SONDA VESICAL;</p> <p>§ SERINGA DE 50 ML;</p> <p>§ SERINGA DE 5 ML;</p> <p>§ FONTE DE ALIMENTAÇÃO;</p> <p>§ MALETA DE TRANSPORTE;</p> <p>§ MANUAL DO USUÁRIO EM PORTUGUÊS.</p>	2	UN
65	<p>SIMULADOR EXAME MAMA - O SIMULADOR AVANÇADO DE EXAME DA MAMA PERMITE UM REALISMO NO ENSINO DO EXAME CLÍNICO E DO AUTOEXAME DA MAMA. A DENSIDADE DOS TECIDOS VARIA NA MAMA SIMULADA, TAL COMO ACONTECE NUM PACIENTE VIVO. TUMORES DE DIVERSOS TAMANHOS (1-4 CM DIÂMETRO), FORMAS (REDONDA, OVAL, IRREGULAR/ESTRELADA), E DENSIDADES PODEM SER INSERIDOS PELO INSTRUTOR PARA UMA VASTA COMBINAÇÃO DE CENÁRIOS DE TREINAMENTO. OS TUMORES REPRESENTAM OS ADENOMAS, CISTOS, TUMORES MALIGNOS E AUMENTO DOS GÂNGLIOS LINFÁTICOS. O SIMULADOR POSSUI COSTELAS, ESTERNO E CLAVÍCULAS PALPÁVEIS E GÂNGLIOS LINFÁTICOS AUMENTADOS NAS ÁREAS AXILAR E SUBCLAVICULAR. A PELE CASCA DE LARANJA COM INFLAMAÇÕES, MAMILO INVERTIDO, ONDULAÇÕES NA PELE E ASSIMETRIA SÃO RETRATADOS NA PELE INCRIVELMENTE REALISTA. O SIMULADOR AVANÇADO DE EXAME DA MAMA FOI DESENVOLVIDO PARA UM EXAME NA POSIÇÃO DE DEITADO DE COSTAS, MAS PODE SER TAMBÉM UTILIZADO NA POSIÇÃO EM PÉ, SE ASSIM O DESEJAR. O TREINAMENTO PODE SER TAMBÉM REALIZADO SEM A PELE DE SOBREPOSIÇÃO. INCLUI UMA PARTE INFERIOR RÍGIDA DO CORPO, ORIFÍCIOS PARA INSERIR AS MAMAS ESQUERDA E DIREITA, PELE DE SOBREPOSIÇÃO, TRÊS CONJUNTOS DE TUMORES (27 CAROÇOS), PÓ DE TALCO, MALA RÍGIDA DE TRANSPORTE E MANUAL DE INSTRUÇÕES.</p>	4	UN
66	<p>SIMULADOR EXAME PROSTATAS - ABDÔMEN MASCULINO E 4 GLÂNDULAS PROSTÁTICAS DIFERENTES SUBSTITUÍVEIS A SEREM UTILIZADAS PARA PRATICAR O DIAGNÓSTICO POR MEIO DO EXAME RETAL. AS 4 PRÓSTATAS APRESENTAM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: • TUMOR BENIGNO, LEVEMENTE AMPLIADO, SEM CONDIÇÃO PATOLÓGICA • ESTÁGIO INICIAL DE UM CARCINOMA, HÁ UM CAROÇO INDIVIDUAL FIXO E PALPÁVEL NO QUADRANTE SUPERIOR • REPRESENTAÇÃO DA PROLIFERAÇÃO DO CARCINOMA; O PEQUENO CAROÇO CRESCER E DESENVOLVEU-SE EM UMA MASSA EXTERNA COMPACTA NA SUPERFÍCIE DA PRÓSTATA • A PRÓSTATA INTEIRA ESTÁ AFETADA PELO CARCINOMA E APRESENTA UMA TEXTURA DURA E IRREGULAR. FORNECIDO COM LUBRIFICANTE, PRODUTO DE LIMPEZA E MALETA DE TRANSPORTE.</p>	2	UN
67	<p>SIMULADOR OBSTÉTRICO P/PARTO NORMAL - O KIT DE ATUALIZAÇÃO INCLUI TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS PARA OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS DE PARTO: INSERÇÃO PARA O CORTE DE CESARIANA; INSERÇÃO DE LÍQUIDOS AMNIÓTICOS E CANAL DE PARTO PARA A RUPTURA ARTIFICIAL DAS MEMBRANAS AMNIÓTICAS (RPM). ÚTERO INFLÁVEL PARA MANIPULAÇÕES INTRAUTERINA, COMO A MANOBRAS DE LEOPOLD. CINTO ADICIONAL PARA A FIXAÇÃO SEGURA DO SIMULADOR DE PARTO. O</p>	3	UN

	<p>SIMULADOR DE PARTO É FEITO DE VINIL MACIO (DURO NAS ESTRUTURAS INTERNAS) E SILICONE. É FÁCIL DE LIMPAR E TODAS AS PEÇAS PODEM SER RAPIDAMENTE TROCADAS SEM FERRAMENTAS (CONEXÕES COM PINOS). CARACTERÍSTICAS A SEGUIR PARA O ENSINO E TREINAMENTO OBSTÉTRICO EFICIENTE: • FETO TOTALMENTE ARTICULADO COM A BOCA ABERTA, CABEÇA INCLINÁVEL, ESCÁPULA E FONTANELAS ANATOMICAMENTE CORRETAS; • TRONCO INFERIOR FEMININO ADULTO DE TAMANHO REAL, MARCOS ANATÔMICOS CORRETOS, COMO A PELVE, CAVIDADE PÉLVICA E ESPINHA; • SISTEMA DE PARTO MANUAL PARA CONTROLAR A ROTAÇÃO E A VELOCIDADE DO PARTO DO FETO; • POSIÇÃO DO FETO FÁCIL DE ALTERAR DURANTE O PROCESSO DE PARTO, INCLUINDO DESCIDA, FLEXÃO, EXTENSÃO, ROTAÇÃO INTERNA E EXTERNA E RESTITUIÇÃO; • ÚTERO COM POSICIONAMENTO CORRETO DO FETO, INFLÁVEL PARA ELEVAR O FETO PARA A MANOBRA DE LEOPOLD; • REPOSIÇÃO FÁCIL DE PEÇAS POR MEIO DE CONEXÕES COM PINOS, SEM NECESSIDADE DE FERRAMENTAS; • BASE ANTI-DESLIZANTE E CABOS PARA APOIO EXTRA SOBRE MESAS; • CINTA PARA FIXAÇÃO A UMA MESA OU CAMA; • DESTACÁVEL, COBERTURA DO ABDOME ALMOFADADA COM INSERÇÃO AVANÇADA PARA CESÁREA; • INSERÇÃO INFLÁVEL DE ÚTERO PARA MANOBRA DE LEOPOLD, INCLUINDO COBERTURA QUE PODE SER CORTADA PARA CESÁREA; • CANAL DE PARTO (PORÇÃO, COLO DO ÚTERO, VULVA); • CINTA PARA FIXAÇÃO; • LUBRIFICANTE; • FLUIDO AMNIÓTICO E 100 INSERÇÕES; • KIT DE MONTAGEM; • FETO TOTALMENTE ARTICULADO; • CORDÃO UMBILICAL; • PLACENTA.</p>		
68	SUPORE PARA SACO HAMPER SIMPLES, SACO EM TECIDO RESISTENTE EM ALGODÃO CRU, PÉS COM RODÍZIOS.	4	UN

5.1. O objeto deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade ambiental, industrial, ABNT, INMETRO, ANVISA, legislações específicas, etc, atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do artigo 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.2. As descrições técnicas dos itens constantes na tabela anexo são todas de qualidade mínima aceitável, devendo, portanto, ser cotado pelas licitantes produto de qualidade igual ou superior à descrita, garantindo-se que a Universidade de Gurupi - UnirG não adquira objeto linhas inferiores.

6. DA FORMA DE AQUISIÇÃO, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. O Objeto será adquirido de forma parcelada conforme necessidade da Universidade de Gurupi - UnirG, não estando a Administração obrigada a adquirir o quantitativo total registrado.

6.2. A Fornecedora terá o **prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para a entrega**, contados a partir da assinatura do pedido de compras emitido pelo Setor de Compras e Suprimentos da Fundação UNIRG, podendo ser prorrogado mediante requisição e autorização da Administração conforme sua conveniência.

6.3. Todos os itens do objeto deverão atender rigorosamente às especificações solicitadas neste termo de referência.

6.4. A Contratante se reserva no direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto se estiver em desacordo com as especificações e condições contratuais, bem como aquele que não esteja dentro do padrão de qualidade e/ou apresente irregularidades.

6.5. O objeto será recebido provisoriamente em até **03 (três) dias úteis**, contados da data recebimento pelo fiscal da ARP/Contrato e/ou servidor designado pela fundação UnirG.

6.6. O recebimento definitivamente do objeto dar-se-á no prazo de até **03 (três) dias úteis** após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

6.7. A entrega do objeto deverá estar acompanhada de nota fiscal, e ser realizada perante o Fiscal da ARP/Contrato e/ou responsável designado pela Contratante para tal fim, o qual deverá emitir:

a) Atesto definitivo, após a verificação do objeto, especificações, qualidade e quantidade atendidas de acordo com este Termo de Referência, acompanhado de manifestação acerca do cumprimento integral dos termos;

b) Atesto de rejeição, para caso de verificação em hipótese de não atendimento as exigências do Termo de Referência, em caráter insanável acompanhado de manifestação acerca dos fatos.

6.8. Uma vez entregue o objeto, iniciar-se-á a etapa de verificação se o produto está de acordo com as características descritas no pedido de compra, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

6.9. Constatadas irregularidades quanto ao objeto entregue a Contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação, **rejeitá-lo no todo ou em parte**, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no **prazo máximo de 03 (três) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado.

6.10. Na hipótese de substituição, a Fornecedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, **no prazo máximo de 03 (três) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado.

6.11. O objeto a ser fornecido deverá ser entregue devidamente em sua totalidade, e conforme o caso, acondicionado em embalagem conforme praxe do fabricante, resistente própria, original e lacrada, de forma a garantir que não será danificado durante as operações de transporte, conservação, carga e descarga, garantindo a sua originalidade e integralidade, assinalando-se nas embalagens a procedência e demais características que os identifiquem e os qualifiquem, volume, data de fabricação, prazo de validade, fabricante, conforme o caso, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor, proporcionando integridade do produto até o seu uso.

6.11.1. Não serão aceitos pacotes ou materiais cujo acondicionamento apresente sinais de violação.

6.12. O objeto entregue e recebido fica sujeito à reparação ou substituição, pela Fornecedora, desde que comprovada a existência de defeito, cuja verificação só se tenha tornado possível no decorrer de sua utilização.

6.13. Todas as despesas oriundas de transporte, carga, descarga e entrega ficará a cargo da Fornecedora.

6.14. A Fornecedora deverá indicar pessoa responsável pelo acompanhamento da entrega do objeto, com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no neste Termo e apresentar soluções práticas e efetivas para qualquer problema que envolva o fornecimento do objeto.

7. DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

7.1. O objeto deverá ser entregue, a rigor, conforme determinação da Fundação UnirG, no ato da ordem de compra/ordem e serviço, no Almoxarifado Central, localizado no Centro Administrativo da Fundação UnirG, na Avenida Pará, quadra 20, lote 01, nº 2.432, térreo, Setor Engenheiro Waldir Lins II, CEP: 77.423-250 Gurupi/ TO, das 08:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00 horas, ou em lugar a ser designado a critério da Contratante.

8. DA GARANTIA DO OBJETO E DA ASSISTENCIA TÉCNICAA

8.1. No que couber todo material entregue deverá conter indicação de data de fabricação, validade e número de lote.

8.2. O prazo de garantia é de no mínimo 12(doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo, e deverá ser comprovada com os seguintes documentos:

- ✓ Certificado de Garantia do Fabricante do produto, desde que o período da garantia seja igual ou superior ao solicitado.

- ✓ Documento do fabricante permitindo o fornecedor oferecer prazo maior que o estipulado no Certificado de Garantia do fabricante do Produto quando o fornecedor optar por oferecer prazo diferentemente do estipulado na cláusula anterior.

8.3. Todos os custos de manutenção e de instalação serão de responsabilidade da empresa vencedora, durante o período de garantia.

8.4. Os materiais deverão acompanhar acessórios para o completo funcionamento e manual de operação em português.

8.5. As empresas vencedoras deverão prestar Assistência Técnica na vigência da garantia, inclusive com reposição de peças quando comprovado que as mesmas apresentaram defeitos de fabricação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES DA ARP

9.1. Além das obrigações constantes na Lei nº 8.666/93 são obrigações da FORNECEDORA DA ARP:

- a)** Fornecer o objeto na quantidade, qualidade, local, prazo, condições e especificações estipulados neste Termo de Referência, bem como, na proposta apresentada e atualizada, conforme valor adjudicado e homologado, em perfeitas condições de utilização, sendo observadas as exigências e informações do servidor responsável, sem nenhum custo oneroso para o Órgão Gerenciador em relação ao fornecimento do objeto;
- b)** Responsabilizar-se com as despesas concernentes ao fornecimento do objeto compreendendo transporte, fretes, entrega, descarregamento, encargos sociais, tributos, impostos, taxas, seguros e encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento;
- c)** Arcar com qualquer prejuízo causado ao objeto em decorrência de seu transporte;
- d)** Trocar, reparar, corrigir no prazo estipulado e às suas expensas o objeto caso venha a ser recusado no ato de recebimento provisório e/ou definitivo;
- e)** Substituir, no prazo já estipulado, o objeto que não esteja dentro do padrão de qualidade exigido, em bom estado de conservação, estocagem e armazenamento, que apresentem defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;
- f)** Manter todas as condições de habilitação exigidas no Instrumento Convocatório do certame;
- g)** Formalizar pedido de cancelamento do registro de preços em decorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ARP, comprovando e justificando seu pedido;
- h)** Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente causado à Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou propostos;
- i)** Comunicar imediatamente e por escrito à Administração, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada que possa influenciar no fornecimento do objeto, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- j)** Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor do objeto;
- k)** Comunicar ao Órgão Gerenciador da modificação de seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar inteirada eventuais notificações realizadas no endereço constante na ARP;
- l)** Comunicar ao servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ARP, por escrito e tão logo constatado, qualquer problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis e necessárias;
- m)** Consultar e certificar-se com antecedência junto ao(s) seu(s) fornecedor(es) quanto aos prazos de entrega do objeto, não cabendo, portanto a alegação de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dele;
- n)** Optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de processo de Adesão à Ata de Registro de Preços, a ser firmada, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ARP, assumidas com o Órgão Gerenciador, observadas as condições nela estabelecidas.

9.2. Além das obrigações constantes na Lei nº 8.666/93 são obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP:

- a)** Gerenciar todos os atos de controle, fiscalização, administração e execução da Ata de Registro de Preços;

- b)** Providenciar a assinatura e a publicação da ARP;
 - c)** Arcar com as despesas de publicação do extrato desta ARP;
 - d)** Emitir pedido de compra do objeto conforme necessidade de aquisição;
 - e)** Notificar à Fornecedora da retirada da Nota de Empenho ou outro documento hábil para formalização contratual dos quantitativos solicitados à medida em que for necessário;
 - f)** Receber provisória e definitivamente o objeto solicitado e efetivamente entregue;
 - g)** Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora sobre irregularidades observadas no cumprimento da ARP;
 - h)** Atestar, através de servidor responsável, a(s) Nota(s) Fiscal(is) emitidas pela Fornecedora/Beneficiária da ARP;
 - i)** Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os registrados na ARP, mantendo atualizada a listagem de preços que contemple o objeto, realizando periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade da ARP;
 - j)** Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
 - k)** Observar o cumprimento das condições de habilitação e qualificação da Fornecedora conforme exigido na licitação;
 - l)** Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, bem como as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em caso de inadimplemento ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às contratações;
 - m)** Notificar a Fornecedora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
 - n)** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora da ARP desde que não haja impedimento legal para o ato;
 - o)** Consultar a(s) detentora(s) da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o material a órgão(s) não participante(s) que externem a intenção de utilizar a ARP;
 - p)** Autorizar ou não a adesão de órgãos não participantes nesta ARP e conseqüentemente a aquisição ou contratação observado o prazo de vigência da mesma.
- 9.2.1.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a Fornecedora não puder cumprir os compromissos assumidos, o Órgão Gerenciador poderá:
- a)** Liberar a Fornecedora do compromisso assumido, mediante comunicação antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovação apresentados pela mesma não puder cumprir o compromisso; e
 - b)** Convocar as demais fornecedoras para assegurar igual oportunidade de negociação.

9.3. Do(s) Órgão(s) Aderente(s):

- a)** Consultar o Órgão Gerenciador da ARP para manifestação sobre a possibilidade de adesão quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços;
- b)** Responsabilizar-se pela realização e arcar com as despesas de publicação do Termo de Adesão da ARP;
- c)** Identificar o objeto e os quantitativos que tem interesse em fazer adesão, não excedendo a cem por cento dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ARP para o Órgão Gerenciador;
- d)** Efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, após a autorização do Órgão Gerenciador, dentro o prazo de vigência da ARP;
- e)** Responsabilizar-se por atos relativos à cobrança do cumprimento pela Fornecedora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador;
- f)** Observar o cumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g)** Notificar formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da ARP, e sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- h)** Prestar à Detentora/Fornecedora todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preços;
- i)** Emitir requisição/solicitação do objeto solicitado para entrega;
- j)** Informar a Fornecedora/Detentora da retirada da Nota de Empenho ou outro documento hábil para formalização contratual dos quantitativos solicitados à medida que for necessário;
- k)** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora da ARP desde que não haja impedimento legal para o ato.

10. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA SUA PUBLICIDADE

10.1. A Ata de Registro de Preços a ser firmada terá **validade de 12 (doze) meses** a contar da **data da publicação de seu extrato**, sendo vedada sua prorrogação conforme art. 12 do Decreto Federal nº 7.892/2013 e inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. A Ata de Registro de Preços terá seu extrato publicado no Diário Oficial do Município de Gurupi-DOMG, e, conforme o caso no Diário Oficial do Estado do Tocantins-DOE e a sua íntegra, após assinada e homologada, será disponibilizada na página, durante sua vigência eletrônica oficial da Fundação Unirg (<https://unitransparencia.unirg.edu.br/licitacoes/item/atas/>).

11. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A fiscalização e acompanhamento da execução da ARP serão efetuados por representante/servidor do Órgão Gerenciador, por ele devidamente designado mediante Ato Administrativo próprio, de acordo com as condições constantes na Ata de Registro de Preços/Contrato, observando-se no que couber ao fiscal, às obrigações elencadas neste Termo de Referência, bem como as disposições do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e as contidas no Decreto nº 7.892/2013, em especial nos artigos 5º e 6º do referido Decreto.

11.2. O representante da Administração deverá acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ARP/Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3. A Fiscalização exercida por interesse do Órgão Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Fornecedora, durante a vigência da ARP/Contrato, por danos causados diretamente à Administração ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus servidores conforme art. 70 da Lei nº 8.666/93.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa decorrente da contratação, objeto desta licitação, correrá à conta dos créditos orçamentários da Fundação UNIRG, com fonte de recurso própria ou de eventuais convênios que se firmarem ao curso do processo.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. Pelos materiais adquiridos e efetivamente entregues, este Órgão Gerenciador pagará à Fornecedora, os preços constantes na sua proposta atualizada e na ARP/Contrato firmados, em conformidade com as condições fixadas previamente no respectivo Edital.

13.2. Fica expressamente estabelecido que os preços contratados incluem os custos diretos e indiretos para a completa entrega dos materiais licitados.

13.3. A nota fiscal deverá estar acompanhada do respectivo Termo de Recebimento dos materiais, devidamente assinado por responsável da Fundação UNIRG.

13.4. Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

13.5. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e vinculado à conta corrente.

13.6. Órgão Gerenciador reserva-se ao direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório ou os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com a especificação apresentada na proposta.

14. DAS SANÇÕES E DAS PENALIDADES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

14.1. A Contratada, nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e Leis subsidiárias, garantidas o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados ou Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o Inciso XIV do art.4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa compensatória de até 20% (vinte por cento) e das demais cominações legais se cometer uma ou mais das seguintes faltas:

- a) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) Deixar de encaminhar a proposta ajustada ao lance final, bem como os documentos de habilitação e demais documentos nos prazos determinados neste edital.
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) Não manter a proposta;
- g) Cometer fraude fiscal;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Pelo atraso na execução dos serviços ou na entrega dos produtos, em relação ao prazo proposto e aceito.

14.2. As sanções descritas no item 14.1 também se aplicam às integrantes do Cadastro de Reserva que convocadas não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

14.3. A Inexecução total ou parcial do contrato poderá a Administração, aplicar as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da lei nº 8.666/93:

14.3.1. Pelo atraso injustificado, multa de mora de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;

14.3.2. Pela inexecução total ou parcial, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação ou ao valor da parte contratual não cumprida a juízo da Administração;
- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.4. A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, poderá ser automaticamente descontada da fatura a que a mesma fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber da Fundação UnirG, ser-lhe-á concedido o prazo de 10(dez) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá a Administração proceder à cobrança judicial da multa

14.4.1. As multas previstas nesta seção não eximem a Adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração, podendo ser aplicada as sanções civis ou penais cabíveis.

14.4.2. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo com ampla defesa.

14.4.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

14.6. A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Órgão Gerenciador não está obrigado a adquirir a quantidade parcial do objeto adjudicado constante na Ata de Registro de Preços a ser firmada, vez que as quantidades contidas no Termo de Referência são estimativas de consumo.

15.2. A contratação futura não gera para a Universidade de Gurupi – UnirG e Fundação UNIRG, qualquer vínculo de natureza trabalhista e/ou previdenciária, em relação aos empregados e prepostos da contratada, respondendo exclusivamente a Fornecedora por toda e qualquer ação trabalhista e/ou indenizatória por eles propostas, bem como pelo resultado delas.

15.3. A existência de preços registrados na ARP não obriga a Administração a firmar os fornecimentos que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada preferência do fornecimento à Fornecedora registrada em igualdade de condições.

Gurupi, Estado do Tocantins, 20 de julho de 2021.

GESTOR IMEDIATO:

Sara Falcão de Sousa
Reitora
Universidade de Gurupi - UnirG

ORDENADOR DE DESPESAS:

Thiago Piñeiro Miranda
Presidente da Fundação UnirG

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 011/2021
Exclusivo para Microempresas-ME, Empresas de Pequeno Porte-EPP e
Microempreendedores Individuais-MEI

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2021

Processo: 2020.02.075808
Pregão Eletrônico nº 011/2021-SRP
Validade da Ata: 12(doze) meses

I - DAS PARTES

I.a) ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDAÇÃO UNIRG, fundação pública com personalidade jurídica de direito público, entidade da administração descentralizada do município de Gurupi, inscrita no CNPJ sob nº 01.210.830/0001-06, com sede na Avenida Pará, nº 2.432, quadra 20, lote 01, Setor Waldir Lins II, CEP: 77.423-250, Gurupi/TO, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. **THIAGO PIÑEIRO MIRANDA**, conforme Decreto de nomeação nº 233 de 21 de janeiro de 2021, brasileiro, advogado, portador do RG 612.746 SSP/TO e inscrito no CPF sob nº 964.247.021-72, residente e domiciliado na Rua 80-A, nº 144, Qd.182, Lt.08, casa 01, Parque Res. Nova Fronteira, nesta cidade de Gurupi -TO.

II.b) FORNECEDORA: XXXXXXXX, tipo:, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, endereço , CEP: , telefone: , e-mail: , neste ato representada pela Sr. , portador da Carteira de Identidade nº , inscrito no CPF nº , brasileiro, empresário, residente, CEP: , Estado.

II.c) As partes acima identificadas resolvem registrar preços para futura, eventual e parcelada aquisição do objeto identificado, conforme cláusulas a seguir elencadas.

II - DO FUNDAMENTO LEGAL

II.a) A presente Ata de Registro de Preços decorre de homologação do **Pregão Eletrônico-SRP nº 011/2021 e Ato de Ratificação** do Senhor Presidente da Fundação UNIRG, conforme **Termo de Homologação datado de xxx/xxx/2021**, exarado no **Despacho da Presidência nº xxx** às folhas nº xxx, tudo constante no **Processo Administrativo nº 2021.02.075808**, do qual passa a fazer parte integrante este Instrumento.

II.b) Rege-se-á na forma da Lei Federal nº 10.520/2002, o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto Municipal nº 738, de 1º de agosto de 2017, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar 155, de 27 de outubro de 2016, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto Federal nº 9.438, de 30 de agosto de 2018, Resolução TCE/TO nº 181, de 1º de abril de 2015, e, subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as alterações e atualizações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais aplicáveis à espécie, bem como no disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 011/2021 e seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. A presente ARP tem por objeto o **registro de preços para futura, eventual e parcelada AQUISIÇÃO DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR para uso nas aulas práticas de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Odontologia, Fisioterapia, nos Laboratórios de saúde, Ambulatório e nas Clínicas Escolas da Universidade UnirG**, conforme quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência-Anexo I do Edital, nesta Ata de Registro de Preços e na proposta da vencedora.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DO REGISTRO DE PREÇOS DO OBJETO

Item	Descrição / Especificação	Un.	Quant.	Marca/ Modelo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

2.1. O objeto a ser fornecido deverá ser novo e de primeira qualidade.

2.2. Fica expressamente estabelecido que os preços registrados incluem os custos diretos e indiretos para a completa entrega do objeto solicitados.

2.3. O objeto descrito acima poderá ser substituído por similares em especificações técnicas, em casos excepcionais, justificados e autorizados pelo Órgão Gerenciador, por produto de qualidade igual ou superior ao descrito acima, garantindo-se que a Fundação UNIRG/Universidade de Gurupi-UnirG não adquirirá produtos de linha inferiores.

2.4. O objeto deverá atender, no que couber, às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade ambiental, industrial, ABNT, INMETRO, ANVISA, legislações específicas, etc, atentando-se a Fornecedora, principalmente para as prescrições do artigo 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

3. DA FORMA DE AQUISIÇÃO, DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DO LOCAL DE ENTREGA

3.1. Os materiais serão adquiridos de forma parcelada, conforme necessidade da Universidade de Gurupi – UNIRG, não estando a Administração obrigada a adquirir o quantitativo total registrado.

3.2. O objeto será solicitado através de emissão de solicitação/requisição emitida pelo Setor de Compras e Suprimentos da Fundação Unirg, informando descrição, unidade e quantidade a ser adquirida.

3.2.1. A requisição poderá ser expedida por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Fornecedora, inclusive por e-mail.

3.3. A(s) Fornecedora(s) do objeto terá(ão) o **prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para a entrega**, contados da data do recebimento do pedido de compras emitido pelo Setor de Compras e Suprimentos da Fundação UNIRG, podendo tal prazo ser prorrogado mediante autorização expressa da Administração, devidamente justificada.

3.4. Uma vez entregue o objeto, iniciar-se-á a etapa de verificação se o produto está de acordo com as características descritas no pedido de compra, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

3.4.1. O objeto será recebido **provisoriamente em até 03 (três) dias úteis**, contados da data recebimento do mesmo pelo fiscal da ARP/Contrato e/ou servidor designado pela Fundação UnirG.

3.5. O Órgão Gerenciador se reserva no direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto se estiver em desacordo com as especificações e condições contratuais, bem como aquele que não esteja dentro do padrão de qualidade e/ou apresente irregularidades.

3.5.1. Constatadas irregularidades no objeto contratual o Órgão Gerenciador poderá:

- a)** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b)** Na hipótese de substituição, a Fornecedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado
- c)** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- d)** Na hipótese de complementação, a Fornecedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão Gerenciador, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

3.6. O **recebimento definitivo do objeto dar-se-á no prazo de até 03 (três) dias úteis** após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

3.6.1. Caso seja constatado que o fornecimento do objeto foi executado em desacordo com o especificado ou exigido, com defeito ou incompleto, mesmo após o recebimento definitivo, a Fornecedora será notificada para que providencie a correção necessária dentro do prazo estipulado.

3.7. A entrega do objeto deverá estar acompanhada da Nota Fiscal e no recebimento do mesmo serão observadas por servidor responsável designado pelo Órgão Gerenciador:

c) Atesto definitivo, após a verificação dos itens, especificações, qualidade e quantidade atendidas de acordo com a solicitação/requisição, no Termo de Referência e nesta ARP, acompanhado de manifestação do Fiscal e/ou Responsável designado, onde será apresentado o cumprimento integral dos termos;

d) Atesto de rejeição, para caso de verificação em hipótese de não atendimento as especificações da solicitação/requisição, no Termo de Referência e nesta ARP, em caráter insanável.

3.8. O objeto a ser fornecido deverá ser entregue devidamente em sua totalidade, e conforme o caso, acondicionado em embalagem de praxe do fabricante, resistente própria, original e lacrada, de forma a garantir que não seja danificado durante as operações de transporte, conservação, carga e descarga, garantindo a sua originalidade e integralidade, assinalando-se nas embalagens a procedência e demais características que os identifiquem e os qualifiquem, volume, data de fabricação, prazo de validade, fabricante, conforme o caso, bem como demais informações específicas do objeto ou exigidas na legislação em vigor, proporcionando integridade do produto até o seu uso.

3.8.1. Não será aceito objeto cujo acondicionamento apresente sinais de violação de sua embalagem.

3.8.2. O objeto a ser fornecido deverá ser original, de primeiro uso e estar acondicionado em sua embalagem original e lacrada, não sendo aceita, em hipótese alguma, o fornecimento de produtos remanufaturados, reciclados, recondicionados ou pirateados, sob pena de afastamento do certame (TCU, Decisão 1622/2002, Acórdãos nº 607/2005 e nº 1745/2006 – Plenário).

3.9. A Fornecedora deverá observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de comercialização/distribuição do objeto contratado.

3.10. O objeto, ainda que entregue e recebido, fica sujeito à reparação ou substituição, pela Fornecedora, desde que comprovada a existência de defeito, cuja verificação só se tenha tornado possível no decorrer de sua utilização.

3.11. Todas as despesas oriundas de transporte, carga, descarga e entrega ficará a cargo da Fornecedora.

3.12. O objeto deverá acompanhar, no que couber, acessórios para o completo funcionamento e manual de operação em português.

3.13. A Fornecedora deverá indicar pessoa responsável pelo acompanhamento da entrega dos materiais, com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no nesta ARP e apresentar soluções práticas e efetivas para qualquer problema que envolva o fornecimento do objeto.

3.14. Do Local de Entrega do Objeto

3.15. O objeto deverá ser entregue, a rigor, conforme determinação da Administração Pública, no ato da ordem de compra/ordem e serviço, no Almoxarifado Central, localizado no Centro Administrativo da Fundação UNIRG, na Avenida Pará, quadra 20, lote 01, nº 2.432, térreo, Setor Engenheiro Waldir Lins II, CEP: 77.423-250 Gurupi/ TO, das 08:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00, ou em outro horário vigente na Instituição quando da data da entrega, e/ou em lugar a ser designado pelo Órgão Gerenciador.

3.15.1. O recebimento será ser realizado pelo Fiscal da ARP e/ ou responsável designado pelo Órgão Gerenciador para tal fim.

4. DA GARANTIA DO OBJETO E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.1. No que couber, todo material entregue deverá conter indicação de data de fabricação, validade e número de lote.

4.2. O prazo de garantia é de no mínimo 12(doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo, e deverá ser comprovada com os seguintes documentos:

- a) Certificado de Garantia do Fabricante do produto, desde que o período da garantia seja igual ou superior ao solicitado.
- b) Documento do fabricante permitindo o fornecedor oferecer prazo maior que o estipulado no Certificado de Garantia do fabricante do Produto quando o fornecedor optar por oferecer prazo diferentemente do estipulado na cláusula anterior.

4.2.1. No caso de produtos com garantia de fábrica maior que a mínima solicitada, prevalecerá a garantia do fabricante, independente das informações da proposta de preços, bem como da exigência desta ARP referente à garantia.

4.2.2. A garantia de fábrica se destina a remover os defeitos de fabricação apresentados ou desgaste prematuro, compreendendo substituições de peças, ajustes, reparos e todas as correções necessárias. Caso a Fornecedora não seja apta a sanar os defeitos apresentados, o objeto deverá ser substituído por um novo, salvo se o dano ou defeito decorrer de dolo, imperícia e mau uso pelos servidores do Órgão Gerenciador.

4.3. Todos os custos de manutenção e de instalação serão de responsabilidade da Fornecedora, durante o período de garantia.

4.4. A Fornecedora deverá prestar Assistência Técnica na vigência da garantia, inclusive com reposição de peças e/ou substituição do objeto, conforme o caso, quando comprovado que as mesmas apresentaram defeitos de fabricação.

5. DA FORMALIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO COM A FORNECEDORA

5.1. Após a homologação do resultado da licitação pela Autoridade Competente a vencedora será convocada por e-mail, ofício ou ato administrativo do Órgão Competente, para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da convocação/comunicação.

5.1.1. Tal prazo poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pelo Órgão Gerenciador.

5.1.2. A recusa injustificada da vencedora do certame em assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

5.1.3. Após a assinatura da ARP e tendo sido cumprida a publicidade do registro nela contido, considera-se o compromisso firmado e o Registro de Preços formalizado e vigente.

5.2. Tendo sido cumprida a efetiva publicidade da ARP, a formalização da contratação com a Fornecedora/Detentora registrada se dará através de emissão de Nota de Empenho de Despesas, que terá força de Contrato, Autorização de Compra, assinatura de Contrato ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62, c/c com o §4º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.3. Na hipótese de necessidade de firmar Contrato, a Fornecedora Registrada será convocada para assinar o Contrato nas mesmas condições se prazo descritos nos itens 5.1, 5.1.1 e 5.1.2 deste Edital.

5.4. A ARP/Contrato será assinada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso, de procuração ou contrato social, acompanhados de documento de identidade com foto.

5.5. É facultado à Administração, convocar as licitantes remanescentes, quando a proponente vencedora não atender à convocação para assinatura da ARP/Contrato no prazo e condições estabelecidos, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, devendo ser observado os requisitos habilitatórios, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em edital e demais cominações legais.

5.6. O(s) contrato(s)/Notas de Empenho decorrente(s) da Ata de Registro de Preços deverão ser assinado(s)/emitido(s) no prazo de validade da ARP.

5.7. O(s) contrato(s) a ser firmado(s) em decorrência da ARP poderá(ão) ser rescindido(s) a qualquer tempo independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei 8.666/93.

5.8. O prazo de vigência do Contrato, se firmado, será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme necessidade e/ou Conveniência Administrativa de acordo com as previsões cabíveis contidas na Lei nº 8.666/93.

5.9. Havendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, deverá ser observado, no que couber, o estabelecido nos Arts. 58 e 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.9.1. O preço ajustado não sofrerá reajuste, salvo após o decurso do prazo mínimo de 12 (doze) meses da vigência contratual, desde requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pela contrata, em caso de prorrogação contratual, ou ainda em caso de eventuais modificações no atual modelo econômico nacional que venham autorizar formas de correções para manutenção do equilíbrio econômico do contrato. Nos casos de reajuste previstos no edital e em lei, serão aplicados os critérios de reajuste fixados no item subsequente.

5.9.2. O contrato poderá ser reajustado após transcorridos cada 12 (doze) meses, com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo- **IPCA**, considerada como data base à data de apresentação da proposta.

5.9.3. No caso de extinção ou substituição do índice **IPCA**, por superveniência de Medida Governamental ou outra razão, utilizar-se-á imediatamente o índice substituto para efeito de cálculos de reajuste nas cláusulas do presente contrato que utilizam o referido índice.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DA FORMA DE PAGAMENTO, DA VALIDADE E PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A despesa decorrente da aquisição do objeto desta ARP, correrá à conta dos créditos orçamentários da Fundação UNIRG, com fonte de recurso própria ou de eventuais convênios que se firmarem ao curso do processo, e/ou conforme Cláusula específica contida em Instrumento Contratual.

6.2. Pelo objeto adquirido e efetivamente entregue em perfeito estado para utilização, o Órgão Gerenciador pagará à Fornecedora, os preços constantes nesta ARP, em conformidade com sua proposta atualizada e condições fixadas previamente no respectivo Edital.

6.3. O pagamento será efetuado através de rede bancária, após a confirmação da entrega dos materiais no Almoarifado Central da Fundação UnirG, devidamente acompanhados da Nota Fiscal, depois de verificada a regularidade fiscal da Fornecedora/Detentora da ARP, conforme especificado abaixo:

- b)** Até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) - 30 (trinta) dias;
- c)** Acima de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) - em 03 (três) parcelas de iguais valores, em 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias.

6.4 A nota fiscal deverá estar acompanhada do respectivo Termo de Recebimento do objeto, devidamente assinado por responsável da Fundação UNIRG.

6.5 Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.6 O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e vinculado à conta corrente, salvo hipótese em que for informado expressamente outra conta.

6.7 O Órgão Gerenciador reserva-se ao direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório ou o objeto executado não estiver em conformidade com a especificação apresentada na proposta.

6.8 A Ata de Registro de Preços a ser firmada terá **validade de 12 (doze) meses** a contar da **data da publicação de seu extrato**, sendo vedada sua prorrogação conforme art. 12 do Decreto Federal nº 7.892/2013 e inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.9 A **Ata de Registro de Preços terá seu extrato publicado no Diário Oficial do Município de Gurupi-DOMG**, e, conforme o caso no Diário Oficial do Estado do Tocantins-DOE e a sua íntegra, após assinada e homologada, será disponibilizada na página, durante sua vigência eletrônica oficial da Fundação UNIRG (unitransparencia.unirg.edu.br/licitacoes/item/atas/).

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES DA ARP

7.1. Além das obrigações constantes na Lei nº 8.666/93 **são obrigações da FORNECEDORA DA ARP:**

- o)** Fornecer o objeto na quantidade, qualidade, local, prazo e condições estipulados nesta ARP, bem como, na proposta apresentada e atualizada, conforme valor adjudicado e homologado, em perfeitas condições de utilização, sendo observadas as exigências e informações do servidor responsável, sem nenhum custo oneroso para o Órgão Gerenciador em relação ao fornecimento do objeto;
- p)** Responsabilizar-se com as despesas concernentes ao fornecimento do objeto compreendendo transporte, fretes, entrega, descarregamento, encargos sociais, tributos, impostos, taxas, seguros e encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento;
- q)** Arcar com qualquer prejuízo causado ao objeto em decorrência de seu transporte;
- r)** Trocar, reparar, corrigir no prazo estipulado e às suas expensas o objeto caso venha a ser recusado no ato de recebimento provisório e/ou definitivo;
- s)** Substituir, no prazo já estipulado, o objeto que não esteja dentro do padrão de qualidade exigido, em bom estado de conservação, estocagem e armazenamento, que apresentem defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações desta ARP;
- t)** Manter todas as condições de habilitação exigidas no Instrumento Convocatório do certame;
- u)** Formalizar pedido de cancelamento do registro de preços em decorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ARP, comprovando e justificando seu pedido;
- v)** Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente causado à Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou propositos;

- w) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada que possa influenciar no fornecimento do objeto, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- x) Atender com prontidão às reclamações por parte do receptor do objeto;
- y) Comunicar ao Órgão Gerenciador da modificação de seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar inteirada eventuais notificações realizadas no endereço constante na ARP;
- z) Comunicar ao servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ARP, por escrito e tão logo constatado, qualquer problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis e necessárias;
- aa) Consultar e certificar-se com antecedência junto ao(s) seu(s) fornecedor(es) quanto aos prazos de entrega do objeto, não cabendo, portanto a alegação de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor;
- bb) Optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de processo de Adesão à Ata de Registro de Preços, a ser firmada, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ARP, assumidas com o Órgão Gerenciador, observadas as condições nela estabelecidas.

7.2. Além das obrigações constantes na Lei nº 8.666/93 são obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP:

- q) Gerenciar todos os atos de controle, fiscalização, administração e execução da Ata de Registro de Preços;
- r) Providenciar a assinatura e a publicação da ARP;
- s) Arcar com as despesas de publicação do extrato desta ARP;
- t) Emitir pedido de compra do objeto conforme necessidade de aquisição;
- u) Notificar à Fornecedor da retirada da Nota de Empenho ou outro documento hábil para formalização contratual dos quantitativos solicitados à medida em que for necessário;
- v) Receber provisória e definitivamente o objeto solicitado e efetivamente entregue;
- w) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedor sobre irregularidades observadas no cumprimento da ARP;
- x) Atestar, através de servidor responsável, a(s) Nota(s) Fiscal(is) emitidas pela Fornecedor/Beneficiária da ARP;
- y) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os registrados na ARP, mantendo atualizada a listagem de preços que contemple o objeto, realizando periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade da ARP;
- z) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- aa) Observar o cumprimento das condições de habilitação e qualificação da Fornecedor conforme exigido na licitação;
- bb) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, bem como as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em caso de inadimplemento ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às contratações;
- cc) Notificar a Fornecedor por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- dd) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedor/Detentora da ARP desde que não haja impedimento legal para o ato;
- ee) Consultar a(s) detentora(s) da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o material a órgão(s) não participante(s) que externem a intenção de utilizar a ARP;
- ff) Autorizar ou não a adesão de órgãos não participantes nesta ARP e conseqüentemente a aquisição ou contratação observado o prazo de vigência da mesma.

7.2.1. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a Fornecedor não puder cumprir os compromissos assumidos, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) Liberar a Fornecedor do compromisso assumido, mediante comunicação antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovação apresentados pelo fornecedor não puder cumprir o compromisso;
- b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.3. DO(S) ÓRGÃO(S) ADERENTE(S):

- a) Consultar o Órgão Gerenciador da ARP para manifestação sobre a possibilidade de adesão quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços;
- b) Responsabilizar-se pela realização e arcar com as despesas de publicação do Termo de Adesão da ARP;
- c) Identificar o objeto e os quantitativos que tem interesse em fazer adesão, não excedendo a cem por cento dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ARP para o Órgão Gerenciador;
- d) Efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, após a autorização do Órgão Gerenciador, dentro o prazo de vigência da ARP;
- e) Responsabilizar-se por atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais

penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador;

- f) Observar o cumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da ARP, e sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- h) Prestar à Detentora/Fornecedora todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preços;
- i) Emitir requisição/solicitação do objeto solicitado para entrega;
- j) Informar a Fornecedora/Detentora da retirada da Nota de Empenho ou outro documento hábil para formalização contratual dos quantitativos solicitados à medida que for necessário;
- k) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora da ARP desde que não haja impedimento legal para o ato.

8. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A fiscalização e acompanhamento da execução da ARP serão efetuados por representante/servidor do Órgão Gerenciador, devidamente designado mediante Ato Administrativo próprio, de acordo com as condições constantes na Ata de Registro de Preços, observando-se no que couber ao fiscal, às obrigações elencadas nesta ARP e no Termo de Referência, bem como as disposições do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e as contidas no Decreto nº 7.892/2013, em especial nos artigos 5º e 6º do referido Decreto.

8.2. O representante do Órgão Gerenciador deverá acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ARP, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3. A Fiscalização exercida por interesse do Órgão Gerenciador não exclui nem reduz a responsabilidade da Fornecedora, durante a vigência da ARP, por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Órgão Gerenciador ou de seus servidores conforme art. 70 da Lei nº 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES E DAS PENALIDADES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

9.1. A Contratada, nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e Leis subsidiárias, garantidas o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados ou Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o Inciso XIV do art.4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa compensatória de até 20% (vinte por cento) e das demais cominações legais se cometer uma ou mais das seguintes faltas:

- a) Não assinar a ARP/Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) Deixar de encaminhar a proposta ajustada ao lance final, bem como os documentos de habilitação e demais documentos nos prazos determinados neste edital.
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) Não mantiver a proposta;
- g) Cometer fraude fiscal;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Pelo atraso na execução do objeto em relação ao prazo proposto e aceito.

9.2. As sanções descritas no item 9.1 também se aplicam às integrantes do Cadastro de Reserva que convocadas não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

9.3. A Inexecução total ou parcial da ARP poderá a Administração, aplicar as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da lei nº 8.666/93:

9.3.1. Pelo atraso injustificado, multa de mora de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;

9.3.2. Pela inexecução total ou parcial, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação ou ao valor da parte contratual não cumprida a juízo da Administração;

- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.4. A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, poderá ser automaticamente descontada da fatura a que a mesma fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber da Fundação UnirG, ser-lhe-á concedido o prazo de 10(dez) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

9.4.1. As multas previstas nesta seção não eximem a Adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração, podendo ser aplicada as sanções civis ou penais cabíveis.

9.4.2. A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo com ampla defesa.

9.4.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

9.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

9.6. A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso.

10.2. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

10.2.1. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Fundação UNIRG a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

10.3. A Fundação UNIRG terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento do pleito, para análise dos pedidos de revisão recebidos.

10.3.1. Durante esse período a empresa deverá efetuar as entregas dos pedidos pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pela Fundação UNIRG.

10.3.2. A empresa obrigar-se-á a realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

10.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Fundação convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

10.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

10.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Fundação UNIRG poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.

10.6. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

11. DO CANCELAMENTO REGISTRO DE PREÇO DO FORNECEDOR

11.1. O registro da Fornecedora poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias

úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

11.1.1. Pela Administração, quando:

- a) A fornecedora não cumprir as exigências contidas no presente Edital ou Ata de Registro de Preços;
- b) A fornecedora der causa à rescisão administrativa, da contratação decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94;
- c) A fornecedora não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se apresentar superior ao praticado pelo mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

11.1.2. Pela Fornecedora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências deste instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

11.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

11.3. A comunicação do cancelamento do registro da Fornecedora será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

11.4. No caso de a fornecedora encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial do Estado do Tocantins, considerando-se cancelado o registro da mesma a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

11.5. A solicitação da fornecedora para cancelamento do registro de preço, não a desobriga do fornecimento do objeto, até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório e nesta ARP, caso não aceitas as razões do pedido.

12. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame, mediante anuência do Órgão Gerenciador da Ata e aceitação da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 7.892/2013, nas normas municipais pertinentes e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

12.2. Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços vigente, deverão consultar o Órgão Gerenciador da mesma para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.3. Poderá a beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ARP, assumidas com o Órgão Gerenciador.

12.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item editalício, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador conforme dispõe o §3º do art. 22 do Decreto Municipal nº738/2017.

12.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Aderente deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

12.7. Compete ao Órgão Aderente, os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Fornecedora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

12.8. A Fundação UNIRG, na qualidade de órgão gerenciador, só autorizará a adesão à ARP após a primeira contratação por órgão integrante da ata.

13. DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORAS

13.1. O cadastro de reserva incluído nesta ARP conforme tabela abaixo ou na forma de anexo, relaciona as licitantes que, em sessão, aceitaram cotar o objeto com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação de ordem da última proposta apresentada pela(s) respectiva(s) licitante(s)

durante a fase competitiva do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Registraram-se do Cadastro de Reserva a(s) seguinte(s) as empresa(s):

RAZÃO SOCIAL/CNPJ:						
Item	Descrição	Marca/Modelo	Unid	Quant	Valor Unitário	Valor Total
xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxx	xxx	xxx	xxx	xxx

13.3. O Cadastro de Reserva será utilizado na hipótese da primeira colocada quando convocada, não assinar a ARP no prazo legal (Parágrafo Único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013), bem como no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ARP, e sucessivamente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

13.4. A habilitação das Fornecedoras que comporão o Cadastro de Reserva a que se refere o item anterior será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013 e quando houver necessidade de contratação de Fornecedor Remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do mesmo Decreto.

13.5. Caso a Fornecedoradora do Cadastro de Reserva já tenha sido habilitada no certame, se convocada para fornecer o objeto em virtude de Cadastro de Reserva, deverá atualizar sua habilitação quanto aos documentos que estiverem com vigência expirada quando convocada, bem como apresentar eventuais documentos técnicos se exigidos para o(s) item/itens para os quais fora convocada

13.6. Todas as condições, prazos, obrigações e penalidades enumeradas no Edital, bem como nos seus Anexos, em especial nesta ARP, deverão ser observados pela(s) fornecedora(s) registrada(s) no Cadastro Reserva.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Esta **Ata de Registro de Preços - ARP** é documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura, eventual e parcelada contratação e fornecimento entre Fornecedoradora e Órgão Gerenciador e possíveis Órgão(s) Aderente(s), conforme os preços registrados, descrições do objeto, condições a serem praticadas, e as disposições contidas no instrumento convocatório, Termo de Referência-Anexo I e Proposta Vencedora Atualizada.

14.2. É vedada à subcontratação do objeto deste Edital, sob pena de anulação da contratação, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista.

14.3. A contratação futura não gera para a Fundação UNIRG, qualquer vínculo de natureza trabalhista e/ou previdenciária, em relação aos empregados e prepostos da Fornecedoradora, respondendo exclusivamente a Fornecedoradora por toda e qualquer ação trabalhista e/ou indenizatória por eles propostas, bem como pelo resultado delas.

14.4. A existência de preços registrados na ARP não obriga a Administração a firmar os fornecimentos que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada preferência do fornecimento à Fornecedoradora registrada em igualdade de condições, observando-se a existência de Cadastro de Reserva.

14.5. Fazem parte integrante desta ARP, independente de transcrição, o Edital de Licitação, o Termo de referência, a Proposta de Preços Vencedora/Atualizada, bem como as condições específicas previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, na Lei Federal nº 10.520/2002, e atualizações posteriores, e ainda o **Cadastro de Reserva de Fornecedores - Anexo a esta ARP**.

15. DO FORO

15.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente ARP, elegem as partes como foro, a Comarca de Gurupi/TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2. Justos e acordados as partes já elencadas firmam a presente Ata de Registro de Preços, sendo a mesma assinada pelos representantes legais do Órgão Gerenciador e da Fornecedoradora, impressa em duas vias de igual teor, para que seja publicada produzindo seus efeitos legais.

Gurupi/TO, aos 00 dias do mês de xxx de 2021

Fls.: _____
Rubrica: _____



Campus I - Av. Antônio Nunes da Silva nº 2195, Pq. das Acácias. (63) 3612-7500
Campus II - Av. Rio de Janeiro nº 1585, Centro. (63) 3612-7600
Centro Administrativo: Av. Pará, qd. 20, It. 01 nº 2432 - Engenheiro Waldir Lins II. (63) 3612-7527

FUNDAÇÃO UNIRG
Thiago Piñeiro Miranda
ORGÃO GERENCIADOR

empresa
Representante
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 011/2021
Exclusivo para Microempresas-ME, Empresas de Pequeno Porte-EPP e
Microempreendedores Individuais-MEI

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020.02.075808

CONTRATO DE AQUISIÇÃO CELEBRADO ENTRE
A FUNDAÇÃO UNIRG E A EMPRESA

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIRG, fundação pública com personalidade jurídica de direito público, entidade da administração descentralizada do município de Gurupi, inscrita no CNPJ sob nº 01.210.830/0001-06, com sede na Avenida Pará, nº 2.432, quadra 20, lote 01, Setor Waldir Lins II, CEP: 77.423-250, Gurupi/TO, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. **THIAGO PIÑEIRO MIRANDA**, conforme Decreto de nomeação nº 233 de 21 de janeiro de 2021, brasileiro, advogado, portador do RG 612.746 SSP/TO e inscrito no CPF sob nº 964.247.021-72, residente e domiciliado na Rua 80-A, nº 144, Qd.182, Lt.08, casa 01, Parque Res. Nova Fronteira, nesta cidade de Gurupi – TO.

CONTRATADA: RAZÃO SOCIAL e nome Fantasia (se tiver), tipo de sociedade (Ltda., S.A, ME etc.), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, endereço completo, CEP, telefone, cidade, estado neste ato representada pelo Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado endereço, CEP, telefone, cidade, estado.

As partes acima identificadas resolvem celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente Contrato decorre de homologação do **Pregão Eletrônico nº 011/2021-SRP**, na forma da Lei nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, Lei Complementar nº 123/2006 e conforme **Termo de Homologação datado de ____/____/2021**, exarado no **Despacho da Presidência nº ____/2021** às folhas nº ____, tudo constante no **Processo Administrativo nº 2020.02.075808**, do qual passa a fazer parte integrante este Instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Contrato é a **AQUISIÇÃO DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR para uso nas aulas práticas de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Odontologia, Fisioterapia, nos Laboratórios de saúde, Ambulatório e nas Clínicas Escolas da Universidade UnirG**, conforme especificações constantes neste Contrato, no Termo de Referência-Anexo I do Edital, na Ata de Registro de Preços e na proposta atualizada apresentada pela Adjudicatária.

2.2. Os Itens e respectivos valores do Objeto deste Contrato a serem fornecidos pela Contratada são:

Item	Descrição / Especificação	Un.	Quant.	Marca/ Fabricante	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

2.3. Fica expressamente estabelecido que os valores constantes na tabela acima incluem os custos diretos e indiretos para a completa entrega do objeto adquiridos.

2.4. O objeto a ser fornecido deverá ser novo e de primeira qualidade.

2.5. O objeto descrito acima poderá ser substituído por similares em especificações técnicas, em casos excepcionais, justificados e autorizados pela Contratante, por produto de qualidade igual ou superior ao descrito acima, garantindo-se que a Fundação UNIRG/Universidade de Gurupi-UnirG não adquirirá produtos de linha inferiores.

2.6. O objeto deverá atender, no que couber, às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade ambiental, industrial, ABNT, INMETRO, ANVISA, legislações específicas, etc, atentando-se a Contratada, principalmente para as prescrições do artigo 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, DE FORMA DE AQUISIÇÃO, DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, DE RECEBIMENTO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

3.1. O objeto será solicitado através de emissão de solicitação/requisição emitida pelo Setor de Compras e Suprimentos da Fundação Unirg, informando descrição, unidade e quantidade a ser adquirida.

3.1.1. A requisição poderá ser expedida por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive por e-mail.

3.2. A Contratada deverá fornecer o objeto no **prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para a entrega**, contados a partir da assinatura do pedido de compras emitido pelo Setor de Compras e Suprimentos da Fundação UNIRG, podendo tal prazo ser prorrogado mediante autorização expressa da Administração.

3.3. Uma vez entregue o objeto, iniciar-se-á a etapa de verificação se o produto está de acordo com as características descritas no pedido de compra, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

3.3.1. O objeto será recebido provisoriamente em até **03 (três) dias úteis**, contados da data recebimento pelo fiscal de contrato e/ou servidor designado pela fundação UnirG.

3.3.2. A Contratante se reserva no direito de rejeitar no todo ou em parte o material se estiver em desacordo com as especificações e condições contratuais, bem como aquele que não esteja dentro do padrão de qualidade e/ou apresente irregularidades.

3.3.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

- a)** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b)** Se disser respeito à substituição, exigir que a Contratada realize em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- c)** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- d)** Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

3.4. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

3.4.1. Caso seja constatado que o fornecimento do objeto foi executado em desacordo com o especificado ou exigido, com defeito ou incompleto, mesmo após o recebimento definitivo, a Contratada será notificada para que providencie a correção necessária dentro do prazo estipulado.

3.5. A entrega dos materiais deverá estar acompanhada da Nota Fiscal e no recebimento dos mesmos serão observadas por servidor responsável designado pela Contratante, o qual deverá emitir, conforme o caso:

- a) Atesto definitivo**, após a verificação dos itens, especificações, qualidade e quantidade atendidas de acordo com a solicitação/requisição, no Termo de Referência, na ARP e neste Contrato, acompanhado de manifestação do Fiscal e/ou Responsável designado, onde será apresentado o cumprimento integral dos termos;
- b) Atesto de rejeição**, para caso de verificação em hipótese de não atendimento as especificações da solicitação/requisição, no Termo de Referência, na ARP e neste Contrato, em caráter insanável, em caráter insanável.

3.6. O objeto a ser fornecido deverá ser entregue devidamente em sua totalidade, e conforme o caso, acondicionado em embalagem de praxe do fabricante, resistente própria, original e lacrada, de forma a garantir que não seja danificado durante as operações de transporte, conservação, carga e descarga, garantindo a sua originalidade e integralidade, assinalando-se nas embalagens a procedência e demais características que os identifiquem e os qualifiquem, volume, data de fabricação, prazo de validade, fabricante, conforme o caso, bem como demais informações específicas do objeto ou exigidas na legislação em vigor, proporcionando integridade do produto até o seu uso.

3.6.1. Não será aceito objeto cujo acondicionamento apresente sinais de violação de sua embalagem.

3.6.2. O objeto a ser fornecido deverá ser original, de primeiro uso e estar acondicionado em sua embalagem original e lacrada, não sendo aceita, em hipótese alguma, o fornecimento de produtos remanufaturados, reciclados, recondicionados ou pirateados, sob pena de afastamento do certame (TCU, Decisão 1622/2002, Acórdãos nº 607/2005 e nº 1745/2006 – Plenário).

3.7. A Contratada deverá observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de comercialização/distribuição do objeto contratado.

3.8. O objeto, ainda que entregue e recebido, fica sujeito à reparação ou substituição, pela Contratada, desde que comprovada a existência de defeito, cuja verificação só se tenha tornado possível no decorrer de sua utilização.

3.9. Todas as despesas oriundas de transporte, carga, descarga e entrega ficará a cargo da Contratada.

3.10. O objeto deverá acompanhar, no que couber, acessórios para o completo funcionamento e manual de operação em português.

3.11. A Contratada deverá indicar pessoa responsável pelo acompanhamento da entrega dos materiais, com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no neste Termo e apresentar soluções práticas e efetivas para qualquer problema que envolva o fornecimento do objeto.

3.12. O objeto deverá ser entregue, a rigor, conforme determinação da Administração Pública, no ato da ordem de compra/ordem e serviço, no Almoxarifado Central, localizado no Centro Administrativo da Fundação UNIRG, na Avenida Pará, quadra 20, lote 01, nº 2.432, térreo, Setor Engenheiro Waldir Lins II, CEP: 77.423-250 Gurupi/ TO, das 08:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00, ou em outro horário vigente na Instituição quando da data da entrega, e/ou em lugar a ser designado pela Contratante.

3.13. O recebimento será ser realizado pelo Fiscal de Contrato e/ ou responsável designado pela Contratante para tal fim.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DO OBJETO E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.1. No que couber, todo material entregue deverá conter indicação de data de fabricação, validade e número de lote.

4.2. O **prazo de garantia é de no mínimo 12(doze) meses**, contados a partir da data do recebimento definitivo, e deverá ser comprovada com os seguintes documentos:

- a)** Certificado de Garantia do Fabricante do produto, desde que o período da garantia seja igual ou superior ao solicitado.
- b)** Documento do fabricante permitindo o fornecedor oferecer prazo maior que o estipulado no Certificado de Garantia do fabricante do Produto quando o fornecedor optar por oferecer prazo diferentemente do estipulado na cláusula anterior.

4.2.1. No caso de produtos com garantia de fábrica maior que a mínima solicitada, prevalecerá a garantia do fabricante, independente das informações da proposta de preços, bem como da exigência deste Termo referente à garantia.

4.2.2. A garantia de fábrica se destina a remover os defeitos de fabricação apresentados ou desgaste prematuro, compreendendo substituições de peças, ajustes, reparos e todas as correções necessárias. Caso a Contratada não seja apta a sanar os defeitos apresentados, o objeto deverá ser substituído por um novo, salvo se o dano ou defeito decorrer de dolo, imperícia e mau uso pelos servidores da Contratante.

4.3. Todos os custos de manutenção e de instalação serão de responsabilidade da Contratada, durante o período de garantia.

4.4. A Contratada deverá prestar Assistência Técnica na vigência da garantia, inclusive com reposição de peças e/ou substituição do objeto, conforme o caso, quando comprovado que as mesmas apresentaram defeitos de fabricação.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato será efetuada por representante designado através de Ato próprio da Contratante, de acordo com as condições constantes no Termo de Referência, na ARP e neste Contrato, observando-se no que couber ao fiscal, as obrigações elencadas nos mesmos Atos, bem como as disposições do art. 67 da Lei 8.666/93.

5.2. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada sem ônus para a Contratante.

5.3. A atuação ou eventual omissão por parte da Fiscalização da Contratada durante a fiscalização, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade, no que couber, quanto a montagem, instalação e entrega do objeto em perfeito estado de uso.

5.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil para a adoção das medidas pertinentes.

5.6. A Contratada deverá indicar/manter preposto, aceito pela Contratante, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que necessário.

5.5. A Fiscalização exercida por interesse da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, durante a vigência do Contrato, por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus servidores conforme art. 70 da Lei nº 8.666/93.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Pelo objeto adquirido e efetivamente entregue em perfeito estado para utilização, a Contratante pagará à Contratada os preços constantes de sua proposta atualizada em certame, conforme valor final de lances ou negociado, em conformidade com as condições fixadas previamente neste Contrato, no Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços firmada.

6.2. O pagamento será efetuado através de rede bancária após a confirmação da entrega dos materiais no Almoxarifado Central da Fundação UnirG, devidamente acompanhados da Nota Fiscal, depois de verificada a regularidade fiscal da Fornecedor/Detentora da ARP, conforme especificado abaixo:

- a) Até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) - 30 (trinta) dias;
- b) Acima de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) - em 03 (três) parcelas de iguais valores, em 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias.

6.3. A nota fiscal deverá estar acompanhada do respectivo Termo de Recebimento do objeto, devidamente assinado por responsável da Fundação UNIRG.

6.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.5. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e vinculado à conta corrente, salvo hipótese em que for informado expressamente outra conta.

6.6. A Contratante reserva-se ao direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório ou o objeto executado não estiver em conformidade com a especificação apresentada na proposta.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor total do presente Contrato é de **R\$ _____ (_____)**. O preço é referente ao Pregão Eletrônico nº 011/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO E DOS RECURSOS

8.1. A despesa decorrente da aquisição do objeto desta licitação, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Fundação UnirG:

Dotação Orçamentária nº. 0004.0401.12.364.1241.2102 (Manutenção do Curso de Medicina)

Dotação Orçamentária nº. 0004.0401.12.364.1241.2087 (Manutenção do Curso de Enfermagem)

Dotação Orçamentária nº. 0004.0401.12.364.1241.2085 (Manutenção do Curso de Farmácia)

Dotação Orçamentária nº. 0004.0401.12.364.1241.2104 (Manutenção do Curso de Odontologia)

Dotação Orçamentária nº. 0004.0401.12.364.1241.2088 (Manutenção do Curso de Fisioterapia)

Dotação Orçamentária nº. 0004.0401.12.364.1241.2106 (Manutenção das Atividades da Reitoria)

Elemento de Despesa 3.3.90.30-5010.00.000 (Material de Consumo)

Elemento de Despesa 4.4.90.52-5010.00.000 (Equipamentos e Material Permanente)

9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

9.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, sendo de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, desde que demonstrado interesse público.

9.2. A vigência da garantia do objeto independe da vigência do contrato.

9.3. O preço ajustado não sofrerá reajuste, salvo após o decurso do prazo mínimo de 12 (doze) meses da vigência contratual, desde requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pela contratada, em caso de prorrogação contratual, ou ainda em caso de eventuais modificações no atual modelo econômico nacional que venham autorizar formas de correções para manutenção do equilíbrio econômico do contrato. Nos casos de reajuste previstos no edital e em lei, serão aplicados os critérios de reajuste fixados no item subsequente.

9.4. O contrato poderá ser reajustado após transcorridos cada 12 (doze) meses, com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo- **IPCA**, considerada como data base à data de apresentação da proposta.

9.5. No caso de extinção ou substituição do índice **IPCA**, por superveniência de Medida Governamental ou outra razão, utilizar-se-á imediatamente o índice substituto para efeito de cálculos de reajuste nas cláusulas do presente contrato que utilizam o referido índice.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

10.1. Este contrato somente sofrerá alterações ante circunstâncias de fatos supervenientes, consoante disposição do Artigo 65 da Lei 8.666/93, por meio de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. As partes contratantes obrigam-se a cumprir e fazer cumprir o Contrato em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores.

11.2. **Além das obrigações constantes na Lei nº 8.666/93, das elencadas na ARP firmada, são obrigações da CONTRATADA:**

- a) Fornecer o objeto na quantidade, qualidade, local, prazo e condições estipulados neste Contrato, no Termo de Referência e/ou na ARP, bem como, na proposta apresentada e atualizada, conforme valor adjudicado e homologado, em perfeitas condições de utilização, sendo observadas as exigências e informações do servidor responsável, sem nenhum custo oneroso para a Contratante em relação ao fornecimento do objeto;
- b) Responsabilizar-se, no que couber, pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido nas dependências da Contratante;
- c) Responsabilizar-se com as despesas concernentes ao fornecimento do objeto compreendendo transporte, fretes, entrega, descarregamento, encargos sociais, tributos, impostos, taxas, seguros e encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento;
- d) Arcar com qualquer prejuízo ou dano causado ao objeto em decorrência de seu transporte;

- e) Trocar, reparar/corriger, substituir no prazo estabelecido, às suas expensas o objeto e/ou partes do mesmo, que não estejam em conformidade com as exigências deste Contrato, bem como se não estiverem dentro do padrão mínimo de qualidade exigido comercialmente e/ou em legislação específica, ainda que tenha sido dado como recebimento pela Contratada;
- f) Atender com prontidão às reclamações por parte do receptor do objeto;
- g) Manter todas as condições de habilitação exigidas no Instrumento Convocatório do certame;
- h) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente causado à Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos;
- i) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada que possa influenciar no fornecimento do objeto, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- j) Atender às normativas trabalhistas e de segurança de trabalho (EPI) específicas da execução do objeto.

11.3. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, das elencadas na ARP firmada, **são obrigações da CONTRATANTE:**

- a) Exercer a fiscalização da execução do objeto entregue, montado e instalado, se for o caso, emitindo atesto de recebimento, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;
- b) Designar servidor para promover o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato bem como do objeto, com fins de assegurar o atendimento às condições previstas neste Contrato;
- c) Receber provisória e definitivamente o objeto solicitado e efetivamente entregue;
- d) Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no contrato;
- e) Efetuar o pagamento do objeto entregue nas condições estabelecidas;
- f) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto se estiver em desacordo com as respectivas especificações;
- g) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.
- h) Notificar a Contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- i) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, assegurando o contraditório e a ampla defesa, em caso de inadimplemento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS TRIBUTOS

12.1. É da inteira responsabilidade da Contratada os ônus tributários, comerciais, encargos sociais e trabalhistas decorrentes deste Contrato.

12.2. A Contratante, enquanto fonte retentora, descontará dos pagamentos a efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela Legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas, nos prazos legais.

12.2. Caberá à Contratada toda responsabilidade pelos demais ônus e obrigações decorrentes da Legislação Trabalhista, Previdenciária e Tributária.

12.3. A inadimplência da Contratada com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES E DAS PENALIDADES NO CASO DE INADIMPLEMENTO

13.1. A Contratada, nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e Leis subsidiárias, garantidas o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados ou Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o Inciso XIV do art.4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa compensatória de até 20% (vinte por cento) e das demais cominações legais se cometer uma ou mais das seguintes faltas:

- a) Não assinar a ARP/Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) Deixar de encaminhar a proposta ajustada ao lance final, bem como os documentos de habilitação e demais documentos nos prazos determinados neste edital.
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) Não manter a proposta;

- g) Cometer fraude fiscal;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Pelo atraso na execução do objeto em relação ao prazo proposto e aceito.

13.2. As sanções descritas no item 13.1 também se aplicam às integrantes do Cadastro de Reserva que convocadas não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

13.3. A Inexecução total ou parcial da ARP poderá a Administração, aplicar as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da lei nº 8.666/93:

13.3.1. Pelo atraso injustificado, multa de mora de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;

13.3.2. Pela inexecução total ou parcial, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

- e) Advertência por escrito;
- f) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação ou ao valor da parte contratual não cumprida a juízo da Administração;
- g) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4. A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, poderá ser automaticamente descontada da fatura a que a mesma fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber da Fundação UnirG, ser-lhe-á concedido o prazo de 10(dez) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

13.4.1. As multas previstas nesta seção não eximem a Adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração, podendo ser aplicada as sanções civis ou penais cabíveis.

13.4.2. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo com ampla defesa.

13.4.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

13.6. A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. Este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante, ou bilateralmente por acordo entre as partes, mas sempre atendida a conveniência Administrativa.

14.2. Caberá a rescisão do Contrato, independentemente de interpelação judicial, mas sempre por meio de processo administrativo com ampla defesa, quando ocorrer a inexecução total ou parcial do Contrato, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, observados os art. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A Contratada deverá ainda aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários à realização do objeto contratual, até o limite de 25% do valor inicial deste Contrato, sempre precedido de justificativa e formalizado através de termo de aditamento contratual.

15.2. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total da execução do objeto deste Contrato, sem anuência expressa e justificada da Contratante, sob pena de rescisão e aplicação de sanções pertinentes.

15.3. Todo o pessoal que for utilizado na execução deste contrato será diretamente vinculado e subordinado à Contratada, não tendo com o Contratante nenhuma relação jurídica sobre qualquer título ou fundamento.

15.4. A Contratada não terá direito a qualquer indenização, se ocorrer, provisória ou definitivamente, a suspensão da execução deste Contrato, por culpa sua, assegurando-lhe, porém, no caso da rescisão por motivos alheios a sua vontade e sem infração de quaisquer cláusulas e condições contratuais, o pagamento de forma proporcional ao fornecimento efetivamente realizado.

15.5. As partes contratantes obrigam-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores.

15.6. Rege-se-á o presente Contrato, e ainda os casos omissos, as disposições constantes nas Leis nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Federal nº 8.666/1993, **Edital do Pregão Eletrônico nº 011/2021 e Processo Administrativo nº 2020.02.075808.**

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, elegem as partes como foro, a Comarca de Gurupi/TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2. E, por estarem de acordo, assinam este Contrato os representantes das partes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Gurupi/TO, aos ___ dias do mês de _____ de 2021

FUNDAÇÃO UNIRG
Thiago Piñeiro Miranda
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Nome do Representante
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____ **CPF** _____

2 _____ **CPF** _____

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 011/2021
Exclusivo para Microempresas-ME, Empresas de Pequeno Porte-EPP e
Microempreendedores Individuais-MEI

ANEXO IV MODELO - PROPOSTA DE PREÇO ATUALIZADA

À Fundação UNIRG

Proposta atualizada que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ/CGC (MF) nº _____ em conformidade com o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP, Processo Administrativo nº 2020.02.075808, cujo objeto é o registro de preços, para futura, eventual e parcelada AQUISIÇÃO DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR PARA USO NAS AULAS PRÁTICAS DE MEDICINA, ENFERMAGEM, FARMÁCIA, ODONTOLOGIA, FISIOTERAPIA, NOS LABORATÓRIOS DE SAÚDE, AMBULATÓRIO E NAS CLÍNICAS ESCOLAS DA UNIVERSIDADE UNIRG.**

Oferecemos por meio de registro de preços ao Órgão Licitante o preço a seguir indicado, para o fornecimento do objeto conforme descrito no **TERMO DE REFERÊNCIA-ANEXO I do Edital, bem como nesta proposta atualizada na qual constam os itens dos quais restou vencedora conforme elencados na tabela abaixo:**

Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	Marca/ Modelo/ Fabricante	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
	<i>** deve o proponente especificar o objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características do produto e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas na proposta inicial</i>	(...)	(...)	(...)	R\$... (Valor em algarismo)	R\$... (Valor em algarismo)
VALOR TOTAL: R\$ XXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) (Valor em algarismo e por extenso)						

Dados da empresa:		
Razão Social:		
CNPJ/CGC nº:	Inscrição Estadual nº:	
Endereço:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone: (XX)	e-mail comercial:	
Banco:	Agência nº:	Conta nº:

Dados do responsável para assinatura da ARP:		
Nome Completo:		
CPF nº:	RG nº:	
Endereço:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone: (XX)	e-mail:	
Cargo/Função que exerce na empresa:		

Prazo de validade da proposta: _____ (_____) dias corridos, contados da data de sua apresentação na plataforma eletrônica; (não inferior a 60 dias).

Local de entrega do objeto: Almoarifado Central, localizado no Centro Administrativo da Fundação UnirG.

Prazo para entrega: em 30(trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento do pedido de compras emitido pelo Setor de Compras e Suprimentos da Fundação UNIRG.

Forma de pagamento: Conforme Edital.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2021.

(Assinatura, nome, cargo, RG do representante legal e carimbo da empresa)

OBS.: O Modelo de Proposta de Preços é meramente exemplificativo e deverá ser apresentado no papel timbrado ou carimbo padronizado da empresa, não sendo necessária a transcrição do cabeçalho da Fundação UNIRG, devendo ser observadas as exigências quanto aos elementos próprios constantes do Edital.



PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 011/2021
Exclusivo para Microempresas-ME, Empresas de Pequeno Porte-EPP e
Microempreendedores Individuais-MEI

ANEXO V - MODELO DE CADASTRO DE RESERVA

À Fundação UNIRG.
Comissão Permanente de Licitação.
Gurupi-TO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste **CADASTRO RESERVA** o registro de preços, para futura, eventual e parcelada **AQUISIÇÃO DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR PARA USO NAS AULAS PRÁTICAS DE MEDICINA, ENFERMAGEM, FARMÁCIA, ODONTOLOGIA, FISIOTERAPIA, NOS LABORATÓRIOS DE SAÚDE, AMBULATÓRIO E NAS CLÍNICAS ESCOLAS DA UNIVERSIDADE UNIRG.**

1.2. Conforme quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência-Anexo I do Edital, condições contidas na Ata de Registro de Preços firmada, cujos termos são parte integrante deste instrumento, para o objeto neste Cadastro descrito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMPRESA REGISTRADA

Dados da empresa:		
Razão Social:		
CNPJ/CGC nº:	Inscrição Estadual nº:	
Endereço:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone: (XX)	e-mail comercial:	
Banco:	Agência nº:	Conta nº:

Dados do responsável pelo Cadastro de Reserva:		
Nome Completo:		
CPF nº:	RG nº:	
Endereço:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone: (XX)	e-mail:	
Cargo/Função que exerce na empresa:		

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CADASTRO RESERVA

Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	Marca/ Modelo/ Fabricante	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
	<i>** deve o proponente especificar o objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características do produto e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas.</i>	(...)	(...)	(...)	R\$...	R\$...
VALOR TOTAL: R\$ XXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) (Valor em algarismo e por extenso)						

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO CADASTRO RESERVA

4.1. Todas as condições, prazos, obrigações e penalidades enumeradas na Ata de Registro de Preços serão observadas pelas empresas registradas no Cadastro Reserva.

4.2. As sanções previstas na Ata de Registro de Preços, também se aplicam às integrantes do cadastro de reserva que convocadas não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

Município-Estado, ____ de _____ de 2021.

Nome legível
Assinatura do Representante Legal da Empresa